





ISSN 1982-6532

S a b e r e s

Interdisciplinares



Revista do Instituto de Ensino Superior
Presidente Tancredo de Almeida Neves
Ano 10, nº 19, jan/jun. 2017

Revista Saberes Interdisciplinares / Instituto de Ensino Superior
Presidente Tancredo de Almeida Neves.

– Ano 10, n. 19

São João del-Rei, MG, 2017

Semestral

ISSN 1982-6532

Editor Sílvio Firmo do Nascimento

1. Multidisciplinar. 2. Instituto de Ensino Superior Presidente
Tancredo de Almeida Neves. 3. Sílvio Firmo do Nascimento

CDU 050

Catálogo: Ludmilla Vieira Silva CRB-6/3340

IPTAN
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR
PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

DIRETOR PRESIDENTE
Dr. Nicolau de Carvalho Esteves

DIRETOR GERAL
Prof. Msc. Ricardo Assunção Viegas

DIRETOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza

DIRETORA DE GRADUAÇÃO
Profª Dra. Maria Tereza Gomes de Almeida Lima

COORDENADORA DE PESQUISA
Profª Dra. Eliane Moreto Silva Oliveira

COORDENADORA DE EXTENSÃO
Raruzá Keara Teixeira Gonçalves

COORDENADORA DE GRADUAÇÃO
Profª. Esp. Fabíola de Oliveira Alvarenga

COORDENADORA DE ENSINO
Profª Msc. Lívia Naiara de Andrade

Endereço:

Av. Leite de Castro, 1.101 – Bairro das Fábricas
São João del-Rei – MG – CEP: 36.301-182
Tel.: (32) 3379-2725 – Ramal 233
E-mail: revista@iptan.edu.br

Periódico cadastrado nas seguintes bases de dados:



Sumários.org
SUMÁRIOS
DE REVISTAS BRASILEIRAS



BANCO DE DADOS
DE REVISTAS
DAS IES PARTICULARES



Qualis B5 - Filosofia/Teologia
Qualis B5 - Letras/Linguística
Qualis B5 - Psicologia/Sociologia
Qualis C - Direito

Solicita-se permuta
We ask for exchange
Se pide canje

Linha editorial

A Revista Saberes Interdisciplinares abrange as grandes áreas do conhecimento humano, com o objetivo de divulgar e incentivar a produção científica, instituindo o debate acadêmico e promovendo a ótica multidisciplinar na análise de fatos e fenômenos da realidade.

Editor

Prof. Dr. Sílvio Firmo do Nascimento

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adelto Rodrigues Gonçalves (UNIP)

Prof. Dr. Adelmo José da Silva (UFSJ)

Prof. Dr. André Malina (UFRJ)

Profª Dra. Carla Leila Oliveira Campos (UNIFAL)

Prof. Dr. Cláudio Márcio do Carmo (UFSJ)

Profª Dra. Cristiana Maria Machado Abranches SoveralPaszkiewicz (Universidade Nova – Portugal)

Prof. Dr. Deilton Ribeiro Brasil (IPTAN/FDCL)

Prof. Dr. Fábio Abreu dos Passos (UFPI)

Prof. Dr. Geraldo Dondici Vieira (CES-JF)

Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza (IPTAN)

Prof. Dr. José Manuel de Barros Dias (UFPR; ANQ – Portugal; UCP – Portugal; Universidade de Évora – Portugal)

Prof. Dr. José Maurício de Carvalho (IPTAN)

Prof. Dr. Manuel Jauara (UFSJ)

Profª Dra. Maria Aline Araújo de Oliveira Geoffroy (UNIPAC)

Profª Dra. Maria do Carmo Santos Neta (UFSJ)

Profª Dra. Maria Elisa Rodrigues Moreira (UNINCOR)

Profª Dra. Maria Tereza Gomes de Almeida Lima (IPTAN)

Profª Dra. Natalia Aparecida Resende (IPTAN)

Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho (UFSJ)

Prof. Dr. Sílvio Firmo do Nascimento (IPTAN)

ProfªMsc. Cleonice Mara Gomes Muffato (TJMG)

Prof. Msc. Clodoaldo Fabrício José Lacerda (IPTAN)

Prof. Msc. Kennedy Alemar da Silva (UNILAVRAS)

ProfªMsc. Marina Silveira de Resende (IPTAN)

Prof. Esp. Márcio Antônio Resende (IPTAN)

Revisão

Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza (IPTAN)

Profª Dra. Maria Tereza Gomes de Almeida Lima (IPTAN)

Profª Dra. Natalia Elvira Sperandio (IPTAN)

Tradução e versão

Prof. Esp. Luciano Isaac (IPTAN)

Prof. Esp. Ronaldo de Freitas Moreira (EPCAR)

SUMÁRIO

Editorial	11
Artigos	
Qualidade de vida e sobrecarga que interferem na saúde física e emocional dos cuidadores de pacientes pós-AVE.....	15
Cristina Yoshie Toyoda – UNESP Ana Beatriz de Almeida – PUC-SP	
Considerações sobre a enfermagem na escola e suas práticas educacionais.....	29
Isabel Cristina Adão – IF SUDESTE-MG Ernani Coimbra de Oliveira – IF SUDESTE-MG Élida Ferreira Torga Rosa – IF SUDESTE-MG	
A amizade e relação de gênero entre os alunos do ensino fundamental.....	41
Joelma Tose Oliosi – Faculdade Alegre – ES Renata Vale Assunção – Faculdade Alegre – ES	
Postulações de Melanie Klein: uma visão geral.....	55
Diovane Avelino de Souza Silva – ABRAFP	
Da prova da materialidade nos crimes que deixam vestígio.....	65
Gian Miller Brandão – IPTAN Maurício Possa Lopes Bacharel em Filosofia – UFSJ; em Direito – IPTAN Marina Andrade de Sousa Graduanda em Direito – IPTAN Flaviane Canavez Alves Graduanda em Direito – IPTAN	
Resenhas	
Sobre comunidade.....	81
José Maurício de Carvalho – IPTAN	
Malagrida: o último supliciado pelo fogo.....	87
Adelto Rodrigues Gonçalves – UNIP	
Normas para publicação	93



EDITORIAL

S a b e r e s
Interdisciplinares





EDITORIAL

A Comissão Editorial, a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Diretoria de Graduação e a Diretoria Geral do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves, apresentamos ao público acadêmico o décimo nono número da Revista Saberes Interdisciplinares. Eis os assuntos apresentados neste número:

Qualidade de vida e sobrecarga que interferem na saúde física e emocional dos cuidadores de pacientes pós-AVE – garante que o acesso às formas de recursos e saberes que melhoram a saúde é um direito de todos. O cuidador, não somente os de pacientes com Acidente Vascular Encefálico (AVE), como o de outros que sofrem qualquer tipo de doença ou acidente que traga graves sequelas e debilita o indivíduo, deve manter a sua qualidade de vida. Por sua vez, investigam-se as relações estabelecidas nas atividades do cuidador de pacientes acometidos por Acidente Vascular Encefálico (AVE), como, por exemplo, os problemas emocionais, físicos, sociais, psíquicos e financeiros.

Considerações sobre a enfermagem na escola e suas práticas educativas – revela um espaço favorável para educação em saúde, sendo trabalhados nela diversos assuntos relativos à promoção de saúde, como: construção de hábitos saudáveis e identificação de agravos. A prática da enfermagem na saúde do escolar é contextualizada em uma política atual em desenvolvimento. Então, este trabalho identifica através da pesquisa integrativa as contribuições para a compreensão da prática da enfermagem na saúde do escolar e contribui para o fortalecimento de uma política em plena implantação para atuação da enfermagem na saúde do escolar.

Amizade e relação de gênero entre estudantes do ensino fundamental – é fruto de uma pesquisa sobre amizade e relações de gênero entre adolescentes estudantes (com idades entre 12 e 13 anos) na escola pública estadual de São João del-Rei, MG.

Postulações de Melanie Klein sobre o tratamento psicanalítico com crianças – salienta a teoria de Melanie Klein e sua influência no tratamento psicanalítico com crianças. O aborda os principais conceitos de Klein, como a questão da fantasia inconsciente, da inveja e do ciúme.

Da prova da materialidade nos crimes que deixam vestígio – analisa os arts. 158 e 167 do Código de Processo Penal, referentes aos crimes que deixam vestígio. O art. 158 dispõe que toda e qualquer infração que deixar vestígio, faz-se imprescindível o exame de corpo de delito a fim de comprovar a materialidade delitiva, não podendo ser ele suprido pela confissão do acusado. Por outro lado, o art. 167 possibilita o suprimimento do exame de corpo de delito pela prova testemunhal, quando aquele for impossível.

Em síntese, nosso periódico está nucleado na interdisciplinaridade, considerada essencial no pensamento científico contemporâneo.

Enfim, expressamos com imensa satisfação nossa gratidão aos colaboradores deste periódico, notadamente neste número: conselho editorial, articulistas, pareceristas, revisores linguísticos, tradutor de resumos, diretores, coordenadores, consultores, entre outros.

Prof. Dr. Sílvio Firmo do Nascimento

Editor

ARTIGOS

S a b e r e s
Interdisciplinares





Qualidade de vida e sobrecarga que interferem na saúde física e emocional dos cuidadores de pacientes pós-AVE

Cristina Yoshie Toyoda – UNESP

Doutora em Fisioterapia e Terapia Ocupacional – UNESP

E-mail: cristoyoda@gmail.com

Ana Beatriz de Almeida – PUC-SP

Bacharel em Terapia Ocupacional – UNESP

E-mail: ana_bia_09@hotmail.com

Data de chegada: 06/07/2016

Data de aprovação: 03/11/16

Resumo: Garantir o acesso às formas de recursos e saberes que melhorem a saúde é um direito de todos. O cuidador, não somente os de pacientes com Acidente Vascular Encefálico (AVE), como o de outros que sofrem qualquer tipo de doença ou acidente que traga graves sequelas e debilita o indivíduo, deve manter a sua qualidade de vida, uma vez que a sua função não é uma tarefa fácil. O presente artigo pretende investigar as relações que se estabelecem nas atividades do cuidador de pacientes acometidos por Acidente Vascular Encefálico (AVE), bem como elencar os problemas emocionais, físicos, sociais, psíquicos, financeiros que uma relação inadequada entre cuidador e paciente pode provocar na vida dos mesmos, o que, provavelmente, acarretará em sérios comprometimentos os quais poderão interferir, de forma significativa, na vida e recuperação do indivíduo. Para a obtenção dos resultados estimados neste estudo, foi aplicada a escala Zarit Burden Interview e SF36 com os cuidadores de pacientes pós-AVE, atendidos no projeto de extensão da Universidade Estadual Paulista (UNESP), do campus de Marília.

Palavras chaves: Terapia Ocupacional – Cuidadores – Sobrecarga – Acidente Vascular Encefálico”

Introdução

Esse artigo trata-se de um estudo observacional realizado como Trabalho de Conclusão do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Paulista (UNESP) desenvolvido entre os anos 2012 e 2013. O tema discute a importância do papel do cuidador de pacientes que sofreram Acidente Vascular Encefálico, bem como as principais dificuldades encontradas por esse cuidador. Os saberes da Terapia Ocupacional podem contribuir para os problemas enfrentados por esses indivíduos. Além disso, podem também auxiliar a equipe interdisciplinar da área da saúde, profissionais da área de humanas, como por exemplo, economistas quanto às sobrecargas financeiras.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi aplicada a escala ZaritBurden Interview e SF36 com os cuidadores de pacientes pós-AVE, atendidos no projeto de extensão, que residem na cidade de Marília, com o objetivo de avaliar o grau de comprometimento físico, emocional, social que os cuidadores enfrentam. Também foi aplicado um questionário com os mesmos, com o objetivo de mostrar as principais dificuldades encontradas no papel de cuidador.

1. Acidente Vascular Encefálico e o cuidador

O AVE é uma patologia responsável pelas principais causas de incapacidades neurológicas, podendo comprometer a função das extremidades de membros, mobilidade, força, controle motor, equilíbrio, afasia, memória entre outras funções comandadas pelo cérebro.

As sequelas que um AVE traz ao indivíduo dependem da área do cérebro que foi afetada, Pulaski (2002) descreve tais comprometimentos de um modo geral, sendo: Hemiplegia contralateral à lesão, comprometimento sensorial (tátil, dor, temperatura, propriocepção, cinestesia), distúrbios cognitivos (déficits na atenção, organização, sequenciamento, concentração, resolução de problemas, julgamento e segurança), comprometimentos motores (alterações no tônus, ruptura do movimento ativo e apraxia), distúrbios de linguagem (afasias, disartria), déficits na percepção visual (agnosias, hemianopsia), alterações no comportamento, personalidade e afeto.

O paciente pós-AVE passa por alterações significativas na qualidade e no estilo de vida, uma vez que sobrecarrega e agrega mudanças na rotina familiar.

Segundo o Ministério da Saúde (2008), cuidado significa atenção, precaução, cautela, dedicação, carinho, encargo e responsabilidade. Cuidar é servir, é oferecer ao outro, em forma de serviço, o resultado de seus talentos, preparo e escolhas; é praticar o cuidado. Cuidar é também perceber a outra pessoa como ela é e como se mostra: seus gestos e falas, sua dor e limitação.

Pode-se dizer que existem dois tipos de cuidadores: o formal e o informal.

Entendemos como cuidador formal o profissional de saúde que assume formalmente o exercício de uma profissão, pela qual optou de livre vontade e para a qual teve

preparação acadêmica e profissional. Já o cuidador informal é concebido como o familiar ou amigo que é solicitado a assegurar a maior parte dos cuidados que o doente requer quando retorna ao seu contexto familiar. Já o cuidador informal é concebido como o familiar ou amigo que é solicitado a assegurar a maior parte dos cuidados que o doente requer quando retorna ao seu contexto familiar (SANTOS, 2004, p. 4).

Os sentimentos envolvidos no ato de cuidar encontram-se em dualidade o tempo todo, são sentimentos como: amor e raiva, paciência e intolerância, carinho, tristeza, irritação, desânimo, pena, revolta, insegurança, negativismo, solidão, dúvida quanto aos cuidados, medo de ficar doente também, medo de o paciente estar sofrendo, medo de o paciente morrer, cansaço, desgaste, depressão e somatizações (SILVEIRA *et al.*, 2006)

O papel de cuidador é uma tarefa que se soma a diversas outras atividades que estão presentes no dia a dia. O cuidador, em si, fica sobrecarregado na maior parte dos casos por ter que assumir sozinho todos os compromissos e responsabilidades que os cuidados exigem e junto a esse papel, existe o sofrimento emocional que a doença traz. Dessa forma, a sobrecarga do cuidador pode acontecer devido ao cansaço físico, depressão, mudanças na rotina, no convívio familiar e também social.

As demandas para o ato de cuidar podem insurgir em fatores estressantes como: os cuidados diretos, contínuos, intensos e a vigilância constante; o desconhecimento ou a falta de informações para o desempenho da atividade; a sobrecarga de trabalho; a exacerbação ou o afloramento de conflitos familiares; a dificuldade para adaptar as demandas da situação de cuidado aos recursos disponíveis, incluindo os financeiros, a redução das atividades sociais e profissionais, o abandono do lazer, entre outros (ORSO, 2008, p. 961).

O presente estudo teve como objetivos: investigar como os fatores psíquicos, físicos, emocionais, sociais e até mesmo financeiros, interferem na vida do cuidador, bem como conhecer os limites e dificuldades que o mesmo enfrenta no dia a dia. Além disso, mostrar a importância de orientar e auxiliar o cuidador para não se esquecer de sua saúde, pois, muitas vezes, a família foca apenas no doente e esquece-se do autocuidado.

2. Método

Participantes

Para o presente estudo foram selecionados 10 cuidadores, formais e informais, de pacientes que são atendidos no projeto de extensão de universidade. A pesquisa foi realizada com os cuidadores nas casas dos pacientes pós-AVE.

As entrevistas foram realizadas com todos os pacientes atendidos pelo projeto.

Material e equipamento

Primeiramente, foi elaborado e aplicado um questionário para os cuidadores, cujo propósito foi mapear os principais problemas enfrentados por esses indivíduos e como eles se sentem em relação ao paciente.

Foi aplicado também o questionário de Qualidade de Vida SF36, que traz perguntas ao entrevistado sobre sua saúde, bem como questionamentos de como ele se sente em sua vida quanto aos aspectos emocionais, AVDS, bem como a escala ZaritBurden Interview, reconhecida e validada como um instrumento sensível para mostrar o grau de comprometimento físico, emocional, social que os cuidadores enfrentam.

3. Resultados e Discussão

Participaram do estudo dez cuidadores de pacientes que sofreram AVE, sendo que todos, sem exceção, são do gênero feminino. Os resultados foram divididos em 4 Tabelas, sendo:

TABELA 1 - Perfil dos cuidadores

Cuidador	Gênero	Idade	Grau de Parentesco	Troca ou reveza de turno	Tempo disponível para os cuidados com o paciente
C1	Feminino	54	Filha	Não	Manhã, Tarde e noite
C2	Feminino	54	Nora	Sim, com os filhos da paciente	Tarde
C3	Feminino	44	Amiga da Família	Sim, com a filha da paciente	Manhã e Tarde
C4	Feminino	29	Filha	Sim, com a sobrinha	Manhã e tarde
C5	Feminino	47	Irmã	Não	Manhã, Tarde e Noite
C6	Feminino	37	Sobrinha	Não	Manhã, Tarde e Noite
C7	Feminino	39	Filha	Não	Manhã, Tarde e noite
C8	Feminino	58	Esposa	Não	Manhã, Tarde e noite
C9	Feminino	48	Amiga da Família	Sim, com a filha	Manhã e Tarde
C10	Feminino	54	Filha	Sim	Manhã

Fonte: Tabela elaborada por meio dos resultados obtidos no presente estudo

Podemos ver que a faixa etária varia de 29 a 58 anos, nas quais três estão entre 20 e 39 anos de idade e sete entre 40 a 58 anos de idade. A idade do cuidador, segundo Glözman (2004); Urizar (2006) (apud Amendola, Oliveira, Alvarenga 2008, p. 6) parece ser uma variável importante na avaliação da qualidade de vida do mesmo. Segundo Glözman (2004), cuidadores mais velhos parecem mais susceptíveis à sobrecarga, porém os mais jovens podem sofrer mais isolamento e maiores restrições sociais.

Em relação ao gênero, percebe-se que todos os cuidadores são do sexo feminino, fato que

corroborar com os estudos de Braz (2009); Ciosak (2009); Giacomini (2005); Uchoa (2005) e Lima-Costa (2005), (apud Amendola, Oliveira, Alvarenga, p.6,2008) que ressaltam: as responsabilidades e obrigações das mulheres na sociedade brasileira, no que diz respeito ao cuidado, pois no contexto ocidental, na maioria das sociedades, as mulheres são vistas como naturalmente cuidadoras e o cuidar é socialmente representado como uma obrigação da mulher.

Para Freitas; Paula; Soares e Parente (2008), é comum que as mulheres assumam os cuidados mesmo quando trabalham fora, o que acaba repercutindo em mais limitações de tempo livre e implicações no cuidado de si. Geralmente, os homens participam do cuidado de forma secundária, por meio de ajuda material ou em tarefas externas.

TABELA 2 – Queixas dos cuidadores quanto a problemas de saúde, problemas emocionais, falta de lazer e apoio social

Cuidador	Sente dor	Como se sente em relação a cuidar do doente	Quais queixas possui (vida pessoal)	Recebe ajuda financeira
C1	Sim, nas costas	Cansada e triste	Gostaria de sair mais de casa e voltar a fazer suas atividades	Sim, dos irmãos e do governo
C2	Sim, coluna	Bem	Nenhuma	Sim, de uma instituição (não soube falar o nome)
C3	Não	Cansada e estressada	Nenhuma	Não
C4	Sim, coluna	Cansada	Mudanças na vida pessoal	Não
C5	Sim, coluna	Cansada e estressada	Sair mais de casa para passeios	Sim, irmã e sobrinhos
C6	Sim, coluna	Cansada e sente dificuldades de posicionar, dar banho e trocar o paciente	Gostaria de sair mais de casa e voltar a caminhar	Sim, recebe auxílio doença e da assistência social
C7	Sim, pescoço e coluna	Cansada	Sente falta de mais tempo para cuidados com a casa e atenção para as filhas	Não
C8	Sim, coluna e joelho	Bem	Nenhuma	Não
C9	Sim, coluna	Bem	Gostaria de fazer curso de cuidador	Não
C10	Não	Bem	Nenhuma	Sim, do posto de saúde

Fonte: Tabela elaborada por meio dos resultados obtidos no presente estudo

Em relação ao grau de parentesco, foram obtidos os seguintes dados: quatro filhas, uma esposa, uma irmã, duas amigas da família, uma sobrinha e uma cunhada. Os estudos de Amendola; Oliveira; Alvarenga (2008) apontam que a maioria dos cuidadores, além de serem mulheres, eram filhas e esposas dos pacientes. Quanto à divisão da função de revezar o cuidado com outra pessoa, o presente estudo constatou que, entre os dez cuidadores entrevistados, quatro dividem a função com outro membro da família. No estudo de Carteret *et al.* (2001 *apud* JIMENEZ, p. 4 *et al* 2007) foi encontrada a afirmação de que a sobrecarga do cuidador está diretamente associada ao nível de dependência física do paciente, resultando muitas vezes

em um estresse físico e emocional. Isso ocorre porque a maioria dos cuidadores permanece nos cuidados por mais de 12 horas por dia. Segundo estudo de Santos e Tavares (2012), quando não se tem apoio informal e formal, o cuidador pode ficar mais exposto a doenças, à depressão, a estados emocionais negativos e à desorganização da sua vida.

Oito, dos dez entrevistados, sentem dores na coluna, sendo que a justificativa foi devido à mudança da posição e transporte, por exemplo, da cama à cadeira de rodas dos doentes. Segundo os estudos de Béthoux; Calmels; Gautheron; Minaire (1996), a sobrecarga física está mais relacionada aos pacientes mais dependentes, principalmente, no transporte e na deambulação, visto que os serviços de atendimento domiciliares, geralmente, oferecem ajuda no banhar e no vestir-se. Além do que, o cuidado consome tempo que o leva a queixas de não poderem cuidar da própria saúde. Cerqueira e Oliveira (2002) alertam que cuidadores podem ter mais problemas de saúde do que pessoas da mesma idade que não são cuidadoras.

Os problemas na saúde dos cuidadores podem ser consequência do despreparo técnico para prestação dos cuidados, o que predispõe a sobrecarga de músculos e articulações, além do alto envolvimento nos cuidados do paciente, o que leva os cuidadores a não prestarem atenção às suas próprias necessidades pessoais, somando-se ao tempo limitado para o autocuidado (BOCCHI, 2004).

Em relação a como se sentem ao cuidar dos pacientes, duas entrevistadas responderam que se sentem cansadas e estressadas, uma disse se sentir cansada e triste, outra se sente cansada e com dificuldades na deambulação e posicionamento do doente. Quatro relataram sentirem-se bem. Pode-se observar que três das cuidadoras afirmaram se sentir bem com seu papel, revezam os cuidados com outras pessoas, havendo então uma diminuição da sobrecarga, se comparada às outras seis que relataram se sentirem cansadas e/ou estressadas.

Segundo os estudos de Lacerda e Valla (2003), em alguns casos, o cuidador, além de não receber ajuda, não possui sequer o reconhecimento dos familiares por ter assumido esse papel. Essa falta de suporte social constatada tem importante influência na determinação da quantidade e intensidade das implicações negativas reportadas pelos cuidadores familiares, uma vez que o isolamento e a ruptura dos vínculos sociais aumentam a vulnerabilidade dos sujeitos ao adoecimento em geral e por si só geram sofrimento.

Quanto às queixas pessoais, obtivemos os seguintes resultados: três relataram querer sair mais de casa e ter momentos para si mesmas, uma relatou querer fazer um curso de cuidadora, quatro relataram não terem nenhuma queixa, sendo que podemos observar, mais uma vez, que três destas revezam os cuidados com alguma outra pessoa.

Segundo Bocchi (2004), o acúmulo de atividades de trabalho com as tarefas de casa faz com que os cuidadores se sintam ocupados, vivendo a limitação do tempo livre como consequência direta por assumirem o cuidado do doente.

Os estudos de Gonçalves (2002), Bocchi (2004) e Perlinietal (2005) apontam que as AVD's são as principais dificuldades encontradas pelos cuidadores, uma vez que despendem muito tempo com

os cuidados do doente. Segundo Jimenez et al (2007), esse acúmulo de tarefas pode levar a um desgaste físico, dificultando a realização das AVDs desse cuidador, impedindo-o, muitas vezes, de cuidar da sua própria saúde.

Quanto aos aspectos financeiros, cinco pessoas não recebem nenhuma ajuda financeira sentida e as outras cinco recebem, sendo que três recebem de alguma instituição, outra recebe da irmã e sobrinha e uma relatou receber do governo e irmãos.

Cavalcante (2010) diz que: a sobrecarga financeira é fator gerador de estresse e desgaste físico, não só do cuidador, mas de toda a família, pois o familiar cuidador, geralmente, tem problemas com o emprego, ao abandonar ou reduzir a jornada de trabalho, saindo mais cedo ou mesmo largando o emprego para se dedicar ao cuidado do paciente.

Qualidade de Vida

Os resultados apresentados na tabela 3 referem-se aos dados coletados pelo questionário SF-36, cujo objetivo foi medir a qualidade de vida dos cuidadores.

TABELA 3: Resultado do questionário SF 36

Cuidador	CF	A.F	DOR	E.G.S	Vitalidade	A.S	A.E	S.M
C1	30	0	41	25	5	12,5	0	20
C2	100	100	61	62	75	100	100	84
C3	50	75	77,5	42	75	75	100	88
C4	95	100	100	32	85	87,5	100	88
C5	85	0	61	52	10	62,5	0	24
C6	65	0	61	40	40	12,5	66,6	96
C7	100	75	82	52	55	62,5	66,6	92
C8	60	75	51	52	50	87,5	100	80
C9	70	75	62	52	50	50	66,6	80
C10	100	100	70	57	80	100	100	100

Fonte: Tabela elaborada por meio dos resultados obtidos no presente estudo

CF: Capacidade funcional; AF: Aspectos Físicos; E.G.S: Estado Geral da saúde; A.S: Aspectos Sociais; A. E: Aspectos Emocionais; SM: Saúde Mental

A cuidadora 1 e a cuidadora 5 foram as que apresentaram escores mais baixos nos domínios, exceto a cuidadora 5, no domínio Capacidade Funcional, que foi o único que teve um escore alto de 85. Isso pode ser explicado pelo fato de ambas não dividirem a função de cuidador. Dessa forma, elas se sentem cansadas, tristes, estressadas e muitas vezes depressivas.

A doença prolongada de um familiar representa uma situação de crise geradora de estresse, uma ameaça ao equilíbrio do normal funcionamento pessoal, familiar e social. Diante dessas situações adversas e na ausência de mecanismos de resolução de problemas imediatos, o cuidador informal (CI) fica sujeito a uma situação problemática, que pode conduzir a um estado de desorganização psicossocial, frequentemente acompanhado de sentimentos negativos, como medo, culpa e ansiedade. Quando este estado de mal-estar e tensão não é tolerado durante um longo período, o indivíduo tende a adotar novos modos de resposta para superar a crise, que poderão conduzir a um ajustamento não saudável com repercussões emocionais negativas, gerando a sobrecarga (PEREIRA, 2013, p. 185).

Os estudos de Amendola, Oliveira, Alvarenga (2008) apontaram que os cuidadores que referiram maior sobrecarga avaliaram menos satisfatoriamente sua saúde e qualidade de vida. Ou seja, verificou-se que indivíduos mais sobrecarregados pela tarefa de cuidar apresentam diminuição da percepção de sua qualidade de vida.

Em relação às cuidadoras 2, 3, 4 e 10, elas obtiveram na maior parte dos domínios escores elevados. Todas revezam os cuidados com alguma outra pessoa, isso pode explicar os resultados obtidos, conforme afirmações abaixo:

A pesquisa de Amendola; Oliveira e Alvarenga (2011) demonstrou que os cuidadores que recebem algum apoio informal apresentam melhores escores no domínio Relações Sociais. Em relação ao domínio físico ocorre um resultado oposto, ou seja, não é por receber ajuda de alguém que o cuidador apresenta pior escore nesse domínio e sim por ter pior escore nesse domínio é que recebe ajuda de alguém. A ajuda mais citada foi a dos próprios familiares, portanto, pode-se inferir que pessoas com mais problemas físicos necessitam de mais ajuda ou até de um revezamento mais constante no cuidado ao paciente.

A C6 apresentou índices que variaram de 0 a 96. Essa cuidadora é sobrinha do paciente, não divide os cuidados com ninguém, porém tem uma irmã e um cunhado que ajudam caso precise de algum remédio, alimentos para casa, mas não revezam o cuidado. Não faz nada o dia inteiro, a não ser cuidar do tio e da casa. Porém, anteriormente, já não trabalhava, então, o que mudou de fato em sua rotina é que hoje já não consegue mais sair como antes para praticar suas atividades de lazer e sente algumas dores devido à força que utiliza nos cuidados com o tio, isso pode justificar as variações dos resultados:

Mais horas de cuidado por semana, morar com o paciente e ser do sexo feminino influenciam negativamente a QV do cuidador. Semelhantes achados foram demonstrados por autores ao afirmar que mulheres cuidadoras costumam sofrer maior impacto, possivelmente, em razão das diferenças de tarefas desempenhadas por homens e mulheres. As mulheres assumem com mais frequência tarefas desgastantes, como a higiene do paciente, além de precisarem gerenciar as tarefas domésticas (DUNKIN *et al*, 1998).

Com relação à C7, pode-se constatar que seis das dimensões avaliadas obtiveram um índice com escore entre 62,5 a 100, concluindo, então, que possui uma boa qualidade de vida. O escore mais baixo apresentado foi em relação ao estado geral da saúde, ou seja, 52. Isso pode ter ocorrido devido à descoberta de pressão arterial alta, recentemente, o que tem preocupado a cuidadora. Esses resultados podem ser justificados, uma vez que a cuidadora não mudou sua rotina, uma vez que não parou de trabalhar, pois trabalha um dia sim e um dia não e, quando trabalha, o marido está de folga para olhar a mãe. Dessa forma, mostrou que a única mudança que teve foi a correria e falta de tempo para as filhas e o marido:

A C8 apresentou os seguintes resultados: Capacidade Funcional: 60, Aspectos Físicos: 75; Dor: 51; Estado Geral da Saúde: 52; Vitalidade: 50, Aspectos Sociais: 87,5, Aspectos Emocionais: 100; Saúde Mental: 80. Os resultados referentes ao estado de saúde, dor e vitalidade podem ser justificados devido ao fato de não haver revezamento dos cuidados, isso gera um desgaste físico na cuidadora. Quanto aos elevados índices nos outros domínios, tal questão pode ser justificada pelo fato de ele se sentir bem e satisfeita com seu papel, uma vez que sua vida também não mudou muito após-AVE. Ela apenas exerce funções nas quais eram realizadas pelo marido, como, por exemplo, pagar contas.

As pessoas que oferecem cuidado familiar, geralmente, são esposas e filhas, dispensando cuidado voluntário, afetivo e de solidariedade com caráter de cuidados informais. Essas cuidadoras são pessoas encarregadas de cuidar das necessidades básicas e instrumentais da vida diária do paciente durante a maior parte do dia sem receber contribuição econômica, tendo que lidar não só com as dificuldades do paciente como a mobilidade, autocuidado e comunicação, mas também com os possíveis déficits cognitivos, depressão e mudança na personalidade (LAHAM, 2003).

A C9 apresentou os domínios: Capacidade Funcional, Aspectos físicos, dor, aspectos emocionais e saúde mental acima de 60. Estado Geral de saúde, vitalidade e aspectos sociais variaram entre 50 a 52. Essa cuidadora reveza sua função com a filha da paciente. Sente-se cansada, pois antes ficava apenas de manhã para os cuidados, agora fica manhã e tarde, isso diminuiu seu tempo para os cuidados com sua própria casa. O aumento da carga horária de seu trabalho pode ter influência sobre os escores apresentados.

Ser cuidador exige mudanças radicais em seus hábitos de vida devido ao tempo dedicado ao paciente, ficando evidente o abandono de algumas atividades, como lazer, trabalho e estudo que realizavam antes de se tornarem cuidadores. Essa sobrecarga excessiva pode levar a um desgaste emocional e físico do cuidador, pois não possuem tempo para cuidar e se dedicara si mesmos (BOCCHI, 2004 e MOREIRA, 2004).

Zarit Burden Interview

A pontuação média dos cuidadores é de 27,1, a qual indica uma sobrecarga moderada. O desvio padrão obtido para as pontuações dos cuidadores foi de aproximadamente 13,08.

A Tabela 4 a seguir apresenta a distribuição de frequências da variável “Tipo de sobrecarga”, considerando-se a escala de Zarit.

Tabela 4: Frequências e porcentagens dos 10 cuidadores segundo a classificação obtida pela escala de Zarit com aplicação do questionário.

Score	Frequência (n _i)	Proporção (f _i)	Porcentagem (100 f _i)
≤21	4	0,4	40
21-40	4	0,4	40
41-60	2	0,2	20
≥61	0	0	0
Total	10	1	100

Fonte: Tabela elaborada por meio dos resultados obtidos no presente estudo

Na Tabela 4, observa-se que há uma maior frequência de cuidadores com escores que indicam ausência de sobrecarga (≤ 21) ou sobrecarga moderada (21-40) e a minoria que indica sobrecarga moderada-severa (41-60). Além disso, nenhum cuidador apresentou sobrecarga severa.

Os cuidadores que tiveram ausência de sobrecarga, sem exceção, dividem o papel de cuidador com outra pessoa, ao contrário dos que tiveram como resultados sobrecarga moderada ou moderada-severa.

Outro fator que pode ter ocasionado os resultados de sobrecarga moderada e moderada-severa foi o fato de os pacientes, que esses cuidadores convivem, possuírem uma maior dependência.

Com o revezamento do cuidado, a família ajuda nas atividades cotidianas e no transporte do idoso até os serviços de assistência à saúde. Quando a família estabelece essa dinâmica, os cuidadores conseguem modificar a situação estressora. O apoio da família se configura como uma importante estratégia para o combate aos estresses decorrentes do cuidado, mas para isso é necessário que a família se organize fazendo acordos internos (FLORIANO *et al*, 2012, p. 5).

Os estudos de Oliveira e Elbox (2012) apontam que as tarefas de cuidar, somada aos afazeres do dia a dia, resultam em acúmulo de tarefas, acarretando para o cuidador a sobrecarga de trabalho.

Considerações Finais

A utilização do questionário SF36, escala ZaritBurden Interview, e questionário elaborado demonstraram serem ferramentas adequadas para avaliar os aspectos físicos e emocionais que envolvem os cuidadores e também outras sobrecargas presentes no dia a dia dos mesmos.

Os resultados evidenciaram que a sobrecarga é maior em cuidadores que não revezam os cuidados e que, além disso, a maior parte possui queixas relacionadas aos aspectos físicos, sendo que isto envolve

também uma falta de orientação por parte de profissionais da saúde quanto à postura mediante as tarefas consequentes dos cuidados

Dessa forma, a presente pesquisa comprova a importância da atenção a esse cuidador e o auxílio que os saberes dos diversos profissionais (fisioterapeuta, psicólogos, assistente social) podem contribuir por meio de atividades que amenizem o nível de estresse desse cuidador, bem como recursos que auxiliam na organização e rotina tanto de quem cuida, como do idoso, buscando formas e adaptações que diminuam a sobrecarga naquele indivíduo.

Finalmente, enfatizo o quanto o trabalho em equipe interdisciplinar é fundamental nesse apoio ao cuidador e que todos esses profissionais, das mais diferentes funções, possuem um recurso imprescindível e de grande importância nesse processo: a escuta. Para um trabalho de qualidade com esses cuidadores, é imprescindível saber ouvi-los, conhecer suas necessidades, realidade e características que envolvem a família, para que assim possamos, juntos, com diferentes conhecimentos, prestar uma assistência adequada a realidade de cada paciente e seu respectivo cuidador.

Referências

- AMENDOLA, F. *et al.* Influência do apoio social na qualidade de vida do cuidador familiar de pessoas com dependência. *Rev. Esc. Enferm. USP [online]*. 2011, vol. 45, n. 4, p. 884-889. ISSN 0080-6234.
- AMENDOLA, F. *et al.* Qualidade de vida dos cuidadores de pacientes dependentes no programa de saúde da família. *Rev. Texto e Contexto*, Florianópolis, v. 17, n. 2, abr./jun. 2008.
- BÉTHOUX F. *et al.* (1996) *apud* BOCCHI, Silvia Cristina Mangini. Vivenciando a sobrecarga ao vir-a-ser um cuidador familiar de pessoa com acidente vascular cerebral (AVC): análise do conhecimento. *Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]*. 2004, vol.12, n.1, p. 115-121.
- BOCCHI, S. C. M. Vivenciando a sobrecarga ao vir-a-ser um cuidador familiar de pessoa com acidente vascular cerebral (AVC): análise do conhecimento. *Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]*. 2004, vol.12, n.1, p. 115-121.
- BOCCHI S. C. M. (2004); GONÇALVES L (2002), e PERLINI *et al* (2005) *apud* JIMENEZ, Rodrigo N. *et al.* A percepção do cuidador do paciente acometido pós AVE acerca de algumas variáveis envolvidos na função de cuidar. *XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação Universidade do Vale do Paraíba*, 2007.
- BRAZ E.; CIOSAK S. I. (2009) *apud* OLIVEIRA, Déborah Cristina; D'ELBOUX, Maria José. Estudos nacionais sobre cuidadores familiares de idosos: revisão integrativa. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 65, n. 5, Oct. 2012.

- CAVALCANTE L. F. (2010) *apud* ARAUJO, Jeferson Santos *et al.* Perfil dos cuidadores e as dificuldades enfrentadas no cuidado ao idoso, em Ananindeua, PA. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, Mar. 2013.
- CERQUEIRA, Ana Teresa; OLIVEIRA, Nair Isabel (2002) *apud* FONSECA, Natália da Rosa; PENNA, Aline Fonseca Gueudevilleand SOARES, Moema Pires Guimarães. Ser cuidador familiar: um estudo sobre as consequências de assumir este papel. *Physis [online]*. 2008, vol.18, n.4, p. 727-743.
- DUNKIN J. J. *et al* (1998) *apud* Qualidade de vida de cuidadores de idosos com doença de Alzheimer. *Acta Paul. Enferm. [online]*. 2009, vol. 22, n. 5, p. 652-657. ISSN 0103-2100.
- FLORIANO, Luciane Almeida *et al.* Cuidador familiar de idosos: a busca pelo apoio social formal e informal. *Ciênc. Cuid. Saúde [online]*. 2012, vol.11, n.1, p. 18-25. ISSN 1677-3861.
- FREITAS I. C. C. *et al* (2008) *apud* ARAUJO, Jeferson Santos *et al.* Perfil dos cuidadores e as dificuldades enfrentadas no cuidado ao idoso, em Ananindeua, PA. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, Mar. 2013.
- GIACOMIN, K. C. *et al* (2005) *apud* OLIVEIRA, Déborah Cristina; D'ELBOUX, Maria José. Estudos nacionais sobre cuidadores familiares de idosos: revisão integrativa. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 65, n. 5, Oct. 2012.
- JIMENEZ, Rodrigo N. *et al.* A percepção do cuidador do paciente acometido pós AVE acerca de algumas variáveis envolvidos na função de cuidar. *XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação Universidade do Vale do Paraíba*, 2007.
- LACERDA, Alda; VALLA; Victor (2003) *apud* FONSECA, Natália da Rosa; PENNA, Aline Fonseca Gueudevilleand SOARES, Moema Pires Guimarães. Ser cuidador familiar: um estudo sobre as consequências de assumir este papel. *Physis [online]*. 2008, vol.18, n.4, p. 727-743.
- LAHAM, Claudia Fernandes (2003) *apud* FONSECA, Natália da Rosa *et al.* Ser cuidador familiar: um estudo sobre as consequências de assumir este papel. *Physis [online]*. 2008, vol.18, n.4, p. 727-743.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE: Secretaria de atenção à Saúde – Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Guia Prático do Cuidador, Brasília, DF, 2008.
- MOREIRA, A. C. A (2004) *apud* CARTER B. *et al*, 2001 *apud* JIMENEZ, Rodrigo N. *et al.* A percepção do cuidador do paciente acometido pós AVE acerca de algumas variáveis envolvidos na função de cuidar. *XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação Universidade do Vale do Paraíba*, 2007.

- OLIVEIRA, D. C.; D'ELBOUX, M. J. Estudos nacionais sobre cuidadores familiares de idosos: revisão integrativa. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília , v. 65, n. 5, Oct. 2012.
- ORSO Z. R. A., 2008 *apud* SANTOS, Nilce Maria de Freitas; TAVARES, Darlene Mara dos Santos. Correlação entre qualidade de vida e morbidade do cuidador de idoso com acidente vascular encefálico. *Rev. Esc. Enferm. USP [online]*. 2012, vol.46, n.4, p. 960-966.
- PEREIRA, Roberta Amorim *et al.* Sobrecarga dos cuidadores de idosos com acidente vascular cerebral. *Rev. Esc. Enferm. USP*, vol. 47, n.1, p. 185-192. I, 2013.
- PULASKI k. H. (2002) *apud* DIAS, Monique Gomes. *Diferenças entre a abordagem de avaliação centrada na percepção do cliente ou do terapeuta ocupacional* (Trabalho de Conclusão de Curso), Brasília: UnB, 2013.
- SANTOS, Nilce Maria de Freitas; TAVARES, Darlene Mara dos Santos. Correlação entre qualidade de vida e morbidade do cuidador de idoso com acidente vascular encefálico. *Rev. Esc. Enferm. USP [online]*. 2012, vol. 46, n. 4, p. 960-966. ISSN 0080-6234.
- SANTOS, A.T. (2004) *apud* OLIVEIRA, Magda A. *et al.* O conceito de cuidador analisado numa perspectiva autopoietica: do caos à autopoiese. *Psic., Saúde e Doenças*, Lisboa, v. 8, n. 2, nov. 2007 .
- SILVEIRA, T. M. *et al* (2006) *apud* TORRES, Gilson de Vasconcelos *et al.* Funcionalidade familiar de idosos dependentes residentes em domicílios. *Aval. psicol.*, Porto Alegre , v. 8, n. 3, dez. 2009 .
- SOMMERHALDER, C. (2001) *apud* OLIVEIRA, Déborah Cristina; D'ELBOUX, Maria José. Estudos nacionais sobre cuidadores familiares de idosos: revisão integrativa. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília , v. 65, n. 5, Oct. 2012 .

Quality of Life and Burden that Have an Impact on Emotional, Physical Health of Caregivers of Cerebrovascular Accident Patients

Abstract: It is known that each individual has the right of access to resources and general information aiming at improving his/her own health condition. Being a caregiver is not an easy task. So it is important for him/her to maintain his/her own life quality. This article does not only focus on caregivers who provide care to post cerebrovascular accident patients, but also on those who provide care to the ones who suffer from any other kinds of diseases that bring consequences to health or make someone physically weak. This paper aims at (1) investigating the relation between caregivers and cerebrovascular accident patients; (2) outlining a number of disorders caused by an inadequate relationship such as emotional, physical, social, psychological and even financial ones. The aspects mentioned above are capable of interfering in patient's life and in their recovery. In order to get the results estimated in this study, Zarit Burden Interview and SF 36 were used with caregivers of post cerebrovascular accident patients. All of them were attended on the Extension University Project at UNESP – Campus Marília.

Keywords: Occupational Therapy – Caregivers – Overload – cerebrovascular Accident

Considerações sobre a enfermagem na escola e suas práticas educativas

Ernani Coimbra de Oliveira– IF SUDESTE-MG

Mestre em Enfermagem – UFRJ

Fone: (32) 3379-4500

E-mail: ernani.coimbra@ifsudestemg.edu.br

Isabel Cristina Adão– IF SUDESTE-MG

Mestre em Enfermagem– UNICAMP

Fone: (32) 3379-4500

E-mail: isabel.schiavon@ifsudestemg.edu.br

Élida Ferreira Torga Rosa– IF SUDESTE-MG

Especialista em Formação Pedagógico para Enfermeiros

Fone: (32) 3379-4500

Data de recepção: 03/11/2015

Data de aprovação: 13/04/2016

Resumo: A escola é um espaço favorável para a educação em saúde, nela podem ser trabalhados diversos assuntos relativos à promoção de saúde, como: construção de hábitos saudáveis e identificação de agravos. A prática da enfermagem na saúde do escolar é contextualizada em uma política atual em desenvolvimento. Este trabalho tem o objetivo de identificar, através da pesquisa integrativa, as contribuições para a compreensão da prática da enfermagem que atua na saúde do escolar e contribui para o fortalecimento de uma política em plena implantação para a atuação da enfermagem na saúde do escolar. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura de caráter exploratório descritivo e comparativo, com abordagem qualitativa, cuja pesquisa foi realizada nas Bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS): LILACS, MEDLINE, SCIELO e BDEF. Foram selecionados 18 artigos que indicam a participação do enfermeiro nas escolas. Os programas de saúde escolar são concepções novas, fundamentadas em um novo meio de promover saúde. O resultado do estudo permite refletir a participação do enfermeiro no contexto escolar, indicando que o enfermeiro acrescenta em sua formação uma responsabilidade social e deve utilizar de suas habilidades para promover saúde, independente do espaço físico.

Palavras-chave: Enfermagem – Saúde escolar – Educação em saúde

Introdução

A escola é o melhor local para praticar promoção em saúde, nela podem ser identificados agravos, trabalhar na prevenção de doenças e estimular comportamentos saudáveis desde a iniciação escolar. A maior parte dos problemas de saúde, e até mesmo de comportamentos de riscos, pode ser significativamente reduzido, pois, ao construir a escola como um espaço seguro e saudável, estaremos facilitando a prática de hábitos mais saudáveis. Observamos que muitas inquietações nossas, já havia se tornado grandes projetos, dentro e fora do Brasil, sendo que aqui no Brasil o Governo Federal, através do decreto n°6286, de 05 de dezembro de 2007, instituiu o Programa Saúde na Escola (PSE), voltado para escolas de educação básica. Esse decreto mostra que, apesar de existir uma preocupação inicial com o Governo Federal sobre ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, coloca como responsabilidade dos Secretários Municipais e Estaduais de Educação e Saúde a escolha dos municípios e escolas a serem atendidas pelo programa. O enfermeiro, nesse contexto, tem um papel social importante na promoção de saúde. Ele traz em sua formação conteúdos curriculares, competências e habilidades que o tornam capaz de atuar em atividades de planejamento em saúde e tem o dever de conhecer, exigir e sugerir melhorias referentes à saúde.

1. Pressupostos conceituais básicos para a saúde e a escola

1.1 Promoção de saúde x escola

Promoção de saúde é uma atividade concreta com a incumbência de pleitear ações que irão refletir em condições mais saudáveis de vida. Não existe um local específico para realizar promoção de saúde, o que se deve pensar é: como realizá-la? Quais os interesses e benefícios que esta prática irá trazer?

A carta de Ottawa, aprovada na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde em Ottawa, em 21 de novembro de 1986, apresenta o seguinte conceito para promoção de saúde (OPAS, 1986, s/p.):

A promoção da Saúde é o processo que visa aumentar a capacidade dos indivíduos e das comunidades para controlarem a sua saúde, no sentido de melhorá-la. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, o indivíduo ou o grupo devem estar aptos a identificar e realizar as suas aspirações, a satisfazer suas necessidades e a modificar ou adaptar-se ao meio.

Cabe ressaltar que esta é apenas uma definição, a promoção de saúde pode ser uma mudança do estilo de vida ou até mesmo um preparo para melhor qualidade de vida, seja em uma condição de doença, incapacidades ou até mesmo para as várias fases da vida. Isso ressalva que, se forem adquiridos hábitos saudáveis, desde a infância, poderiam ser mais fácil manter esses hábitos na fase adulta.

Ainda abordando reflexos que uma vida saudável pode trazer ao indivíduo e à comunidade, o

Relatório do Encontro Internacional sobre Saúde em todas as Políticas menciona os benefícios que uma boa saúde pode trazer, inclusive no crescimento econômico, pois uma pessoa mais saudável tem um melhor aprendizado e vai ter também melhor capacidade para trabalhar (BRASIL, 2002).

Um novo plano de resgatar os conceitos de promoção de saúde saiu das unidades básicas de saúde e foi levado para dentro de escolas. Esse movimento é plenamente justificável devido ao fato de ser a escola um ambiente favorável de aquisição de saber, criação de novos hábitos, diversidades sociais e culturais.

Os países europeus foram pioneiros neste tipo de política. Desde 1901, Portugal lidera os trabalhos de promoção de saúde escolar e hoje vem colhendo bons resultados, servindo de parâmetro para vários países. Em 2006, o Programa Nacional de Saúde Escolar, em sua segunda edição, trouxe consigo várias evidências dos benefícios desse programa e de como ele funciona (PORTUGAL, 2006).

Paralelamente a isso, o processo de educação e saúde no âmbito escolar no Brasil vem realizando um trabalho mais tímido. Em 1996, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), foi incluída a educação sexual no currículo do ensino fundamental. A visão de que o cuidado com o próprio corpo, a fim de criar hábitos mais saudáveis referentes à sexualidade, o tornou importante para inserção no currículo (BRASIL, 1996). No entanto, a educação sexual era apenas um tema dentro de uma amplitude de temas que poderiam ser desenvolvidos referentes a temas de educação em saúde no contexto escolar, e ainda não permeava ações de promoção de saúde por profissionais da área de saúde. Em 2007, os programas de ação de saúde nas escolas ganharam força política com o decreto 6.286 que instituiu o Programa Saúde na Escola (PSE), relacionando o trabalho interministerial dos Ministérios da Saúde e Educação. Além de citar as ações de saúde que deveriam ser realizadas, colocou como competência das equipes de saúde da família e educação básica a articulação destas ações (BRASIL, 2007).

A partir desse momento, surgem então no Brasil as Escolas Promotoras de Saúde, com a finalidade de identificar as prioridades de intervenção de saúde escolar e tornar o ambiente escolar um local para se praticar promoção em saúde. No entanto, vários paradigmas também surgiram e muitas escolas ainda não contam com ações de promoção em saúde em seu currículo. Isso faz com que muitas crianças e adolescentes não tenham essas práticas de acompanhamento de seu desenvolvimento e construção de hábitos saudáveis no âmbito escolar (BRASIL, 2007).

1.2 Impasses encontrados

Surge, a partir do decreto que instituiu o Programa de Saúde na Escola (PSE), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), com objetivo de monitorar as atividades e resultados dos trabalhos. Essa pesquisa identifica, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), que 97% das crianças de 15 e 19 anos frequentavam as escolas pesquisadas.

Esses dados refletem a importância de uma política de estratégia de promoção de saúde, levando a reafirmar a relevância do contexto saúde na escola, como cita a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS): “A escola é um espaço privilegiado por congregar, por um período importante, crianças e adolescentes numa etapa crítica de crescimento e desenvolvimento.” (OPAS, 2007 p.35)

Através da Portaria 1861, de 04 de setembro de 2008, que instituiu os recursos financeiros para o PSE, observou-se que o referido programa não era aberto a todas as escolas públicas. As prioridades para sua adesão seriam as escolas que apresentassem 100% das equipes de saúde, ou seja, equipes completas que apresentassem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) menor ou igual a 2,69 (BRASIL, 2008).

Através do passo a passo para adesão ao PSE 2010, foi reafirmado que este somente seria implantado nas condições supracitadas e que, além de ser incorporado no Plano Político Pedagógico da escola, deveria ser enviado pelo município para a Elaboração do Projeto Municipal do PSE, para que o mesmo fosse enviado ao Ministério da Saúde (BRASIL, 2010).

Infelizmente, a adesão a esse programanão ocorre de maneira homogênea, mesmo sendom programa de atenção integral à saúde do escolar e que deveria ocorrer dentro do princípio da equidade, o mesmo é executado por meio da adesão dos municípios, tornando fator de limitação.

Em 2011, surgiu através da deputada Sueli Vidigal, o Projeto de Lei 1616/2011, que obrigava a contratação de no mínimo um profissional de enfermagem em creches e escolas, justificando que as estatísticas atribuem aos traumas físicos na faixa etária de zero a dez anos, uma das maiores causas de mortalidades nessa idade (BRASIL, 2011).

Em resposta ao projeto, o Relator Deputado Geraldo Resende justifica a não implantação da Lei pela falta de recursos para a contratação de profissionais, e relata: “É mais importante a presença desses profissionais de saúde em postos e centros de saúde.” (BRASIL, 2011).

Essa observação vai na contramão ao preconizado por especialistas que afirmam que a participação dos profissionais de saúde, inclusive a enfermagem, no cotidiano escolar, traz benefícios a médio e longo prazo. Recomendam, inclusive, a criação de parcerias com a comunidade e organizações de ensino para se contornar a falta de recursos financeiros (OPAS, 2007).

1.3 O papel da enfermagem no contexto da saúde do escolar

A falta de equidade exige o surgimento de ações inovadoras para detectar e sanar diferenças sociais, culturais e econômicas, a fim de melhorar o acesso à saúde. Esta identificação se faz necessária para permitir e garantir o acesso à informação e à saúde para todos.

Diversas atividades poderiam ser desenvolvidas pelo enfermeiro no âmbito escolar, desde o diagnóstico de situações de risco, propostas de correção e até mesmo atividades que promovam saúde na escola. O enfermeiro também poderia, segundo Rache (2008), realizar no âmbito escolar:

consultas de enfermagem, identificação de pré-disposição a agravos, cuidados curativos e preventivos. A parceria entre esses profissionais e os professores possibilitaria até mesmo o preparo e aplicação de conteúdos que compõem algumas disciplinas.

À enfermagem não cabe somente o exercício da função assistencialista, ela deve assumir um papel ativo na gestão dos serviços de saúde e ainda adquirir novas competências complementares para utilização de abordagem inovadora no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, poderá envolver os sujeitos como atores no processo educativo da promoção de saúde.

Com vistas a essa temática, os objetivos desse trabalho foram: identificar, através da pesquisa integrativa, as contribuições para a compreensão da prática escolar da enfermagem que atua na saúde do escolar e contribui para o fortalecimento de uma política em plena implantação para atuação da enfermagem na saúde do escolar.

2. Desenvolvimento

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura em caráter exploratório, descritivo e comparativo com abordagem qualitativa.

Para a realização da pesquisa integrativa foi estabelecido a seguinte questão norteadora: Dentre as pesquisas publicadas em periódicos nacionais, qual seria a participação do enfermeiro na saúde do escolar?

Em seguida, foi realizada uma busca nas Bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Para o levantamento das publicações sobre a temática do estudo, utilizaram-se os seguintes descritores em português por meio dos operadores booleanos: enfermagem *and* saúde do escolar *and* educação em saúde.

A fim de definir a população, iniciou-se a busca nos meses de setembro e outubro de 2015, nas bases de dados e portal virtual: LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe), MEDLINE (Medical Literature Analysis), ScIELO (Scientific Electronic Library Online) e BDEF (Bases de Dados de Enfermagem), utilizando-se os seguintes critérios de elegibilidade: artigos na íntegra, idioma português, período compreendido entre 1995 a 2015.

A busca resultou em um total de 21 artigos, sendo que três foram excluídos por não se relacionarem com o tema em discussão, resultando em uma amostra de 18 artigos.

A partir dos resultados encontrados, os artigos foram numerados e lidos com o auxílio de um instrumento de Coleta de Dados previamente elaborado pelos autores. Nesse momento, foram consideradas as variáveis: ano de publicação, título, base de dados, autores e suas formações, objetivos, região em que concerne a pesquisa e contribuições do estudo para esse trabalho.

3. Resultados e Discussão

Os artigos foram identificados por números para uma melhor abordagem e leitura dos quadros. Após identificação dos artigos em ordem numérica e análise das datas de publicações dos artigos,

observou-se, conforme Quadro 1, que foram apresentadas mais publicações no ano de 2007, somando três artigos. Referente aos anos em que esses artigos foram publicados, também foi observado que, a partir do ano de 2004, foram publicados 11 artigos e no período que antecede 2004 foram somados 7 artigos.

Um marco internacional importante dessa avaliação diz respeito ao ano de 2004, início do Plano Nacional de Saúde (2004-2010) de Portugal, pioneiro em projetos governamentais de saúde do escolar desde 1901, repercutindo no Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE). Portugal não só se tornou referência para outros países, como também incluiu a educação para a saúde no currículo e possui atividade efetiva de saúde escolar.

No Brasil, devemos destacar o ano de 2007, com o surgimento do decreto 6286, de 05 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa de Saúde Escolar (PSE), razão pela qual pode ter sido fonte de inspiração para novos estudos temáticos dessa questão.

Em relação às bases de dados, com busca comprometida até o dia 20 de outubro de 2015, foi observado que MEDLINE e BDEFN não tiveram artigos publicados referentes ao tema até o momento, e que no LILACS contou com apenas uma publicação, sendo que no ScIELO obtivemos 17 das amostras selecionadas.

Apesar de uma crescente discussão sobre a educação em saúde no contexto escolar, foram obtidas mais amostras na base de dados ScIELO, fato compreendido por se tratar de uma base de dados pública, o que nos leva a sugerir que as demais bases de dados diversifiquem mais seus temas publicados e insiram mais artigos relativos ao tema em discussão em seus arquivos.

Durante as pesquisas, foi observado que a formação acadêmica e a região onde eram realizadas as pesquisas influenciavam significativamente no interesse pelo tema.

A fim de facilitar coleta de informações dos dezoito artigos selecionados foi necessário numerá-los, gerando o número de identificação de cada um.

Para descrição da formação dos autores, precisou-se fazer uma busca do *Currículo Lattes* dos mesmos, na Plataforma Lattes, devido à ausência de dados de formação profissional nos artigos, mesmo assim dos 55 autores, 6 não foram identificados quanto à sua formação acadêmica. Das áreas de atuação dos 55 autores identificados, observou-se a participação de profissionais da educação (2), Ciências e saúde (1), Saúde pública (1), Psicólogo (2), fonoaudiólogo (2), médico (1), sociólogo (1), formação em desenho e plástica (1) sendo predominante a autoria de artigos por enfermeiros (39).

Um dos indicadores desses resultados se deve aos descritores utilizados na metodologia desta pesquisa: enfermagem *and* saúde do escolar *and* educação em saúde. Tendo um dos descritores específicos para enfermagem, pode ter direcionado artigos que descrevem somente o papel da enfermagem no contexto dessa pesquisa, acabando por influenciar nesse resultado.

Em relação ao grau de qualificação (titulação) dos profissionais descritos, observou-se que

houve uma predominância por profissionais com doutorado, sendo que dos 55 autores, 27 correspondiam a doutores, 6 de pós-doutores, 6 de mestres, seguindo, de forma decrescente, os números de participação na autoria dos artigos por graduados de enfermagem, representando 5 autores, graduando 04 autores e, por fim, representando a classe com pós-graduações apenas 1 autor.

A participação de autores com titulação de pós-doutorados e doutores pode ser devido a afinidades a termos referentes à educação, interligando-a no contexto saúde e as também numerosas pesquisas realizadas por esta classe. O graduado ou acadêmico de enfermagem representaram uma minoria de autores, o que nos leva inferir que o fato se deve à imaturidade profissional

As instituições do Sistema de Educação Superior do País devem avaliar os projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação de Enfermagem, afim de que as competências e habilidades se façam presentes na formação destes profissionais. Para isso, instituiu-se a Resolução CNE/CES Nº3, de 7 de novembro de 2001, que no Art.3º dispõe que o profissional qualificado Enfermeiro deverá ser:

Capaz de reconhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psico-sociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano (BRASIL, 2001, p.1).

Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre o papel do enfermeiro como educador, independente de sua titulação e do papel que ele tem na promoção e proteção de saúde na vida do escolar. O enfermeiro tem em sua formação subsídios que o torna qualificado para atuar na escola. Ele detém do conhecimento científico e também é um educador, o que lhe permite melhor abordagem dos temas de saúde.

Esperando justificar a falta de participação e até mesmo de conhecimento do enfermeiro sobre os projetos políticos de educação em saúde, fez-se necessário pesquisar as regiões onde mais se preocupavam com a saúde do escolar.

Verifica-se, ainda, uma predominância de pesquisas realizadas no estado de São Paulo, perfazendo 7 artigos; seguido pelo Rio Grande do Sul com 3 artigos, Rio de Janeiro com 2 artigos e Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Acre apresentando apenas um artigo cada um. Dois artigos entraram nesta avaliação por se tratarem de revisão bibliográfica sem definição territorial, e o artigo com identificação nº16, apesar de ter trabalhado com uma população definida, não mencionou a localidade durante a pesquisa.

Também pôde ser observado que diversos estados não foram mencionados. Esse pode ser um indicativo de que além de influências na formação do Enfermeiro como dito anteriormente, também falta interesse da enfermagem e dos municípios na participação do PSE e adesão aos

programas no binômio educação/saúde.

Por outro lado, pode ser que nestes outros estados já exista um programa político atuante no processo de educação em saúde no contexto escolar, o que define outras prioridades de estudo. Porém, as experiências bem sucedidas poderiam incentivar a adesão de novos municípios, visto que o PSE, apesar de existir um Decreto Federal de implantação, não prescinde da inscrição do município e, posteriormente, o Projeto Municipal é um dos requisitos de adesão ao projeto, conforme a Portaria Interministerial nº 3.696, de 25 de novembro de 2012 (BRASIL, 2010).

Dos artigos selecionados tiveram alguns específicos, ou seja, que direcionavam a pesquisa a um único tema de saúde, como: distúrbios na fala (1), orientação alimentar, (1), problemas visuais e auditivos (3), fracasso escolar (1), controle da Diabetes Mellitus (1). Apesar de um dos artigos retratar que a área da adolescência é pouco explorada pela adolescência foram achados (5) artigos, relacionados com uso de drogas e sexualidade.

Dos demais artigos (6), relacionaram a saúde de uma maneira geral no contexto escolar onde foram avaliados a formação do professor referentes a assuntos de saúde (2), experiências positivas de incentivo a outros profissionais da saúde e educação (3), opinião de escolares e educadores sobre saúde (1).

Os dezoito artigos que visam apenas um achado de saúde no escolar, pode representar uma medida assistencialista e especializada, onde o escolar não é visto por completo. O afinilamento dos temas que se colocam em pesquisas também pode ser responsável por este resultado.

Com relação à participação do enfermeiro na saúde do escolar foram identificadas várias práticas, como: participação na capacitação de professores nos temas relacionados à saúde, promoção no autocuidado, prevenção de condutas de riscos, participação de projetos de educação em saúde, serviços de orientação sexual, contra o uso de drogas, educação alimentar, consultas de enfermagem, avaliação de deficiências auditivas, visuais, cognitivas, distúrbios de fala, controle de doenças crônicas, encaminhamento aos serviços de saúde e assistência adequada em situações emergentes.

Considerações Finais

Considerando que muitos enfermeiros desconhecem o programa de saúde escolar, este estudo buscou contribuir para a compreensão da enfermagem na escola com o objetivo ainda de contribuir para o fortalecimento de uma política em implantação.

A prática da enfermagem na saúde do escolar é contextualizada em uma política atual em desenvolvimento. No Brasil, verifica-se que a promoção de saúde dentro das escolas está em processo de inicialização, faltando ainda uma avaliação de impactos dentro do contexto: enfermagem na saúde do escolar.

Os corredores temáticos sugerem dimensões voltadas especificamente para a promoção de saúde. O desenvolvimento se dá muitas vezes com recuos e avanços e nada melhor do que seguir novos padrões gerenciais que comprovadamente demonstram mudanças, até mesmo econômicas, referentes ao custeio com a saúde.

Os resultados não poderiam ser vistos imediatamente, mas com a consciência pública do direito à saúde e educação, participação dos gestores estaduais e municipais visando que o trabalho da enfermagem, no contexto saúde do escolar, poderia beneficiar a promoção, proteção e até mesmo a recuperação da saúde.

Foi observado que a enfermagem precisa utilizar seus conhecimentos adquiridos para melhorar a qualidade da assistência, administrar e executar projetos políticos de saúde, e ainda compartilhar essas experiências, a fim de assumir a identidade da profissão e contribuir para implantação de novos projetos em benefício da saúde.

A regionalização dos acessos aos projetos de educação e saúde na escola nos leva a refletir mais sobre a participação dos outros estados que não aparecem nas pesquisas. Para o fortalecimento de uma política em plena implantação e que demonstra significativamente o papel do enfermeiro e suas práticas na área da educação é preciso que o enfermeiro participe na implantação destes trabalhos e divulguem mais as experiências vivenciadas no campo escolar.

Contudo, a enfermagem detém o saber em educação em saúde, ela pode no campo escolar identificar fatores predisponentes a agravos, trabalhar na adoção de condutas saudáveis pelos discentes e preparar um adulto mais saudável, com responsabilidade individual e coletiva para o bem comum.

Referências

- BRASIL. Decreto n.º 6.286, de 05 de dezembro de 2007. Institui o Programa de Saúde na Escola – PSE, e da outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 dez. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília. 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/pcn.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2015
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental: Orientação sexual*. Brasília. 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação. *Resolução CNE/ CES N° 3*, de 7 de novembro de 2001. [online]. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu/diretriz.htm>> Acesso em: 15 out.2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. *Escolas promotoras de saúde: experiências no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, v. 6, 2007. 304p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *As cartas da Promoção da Saúde*. Brasília: MS, 2002.
- Disponível em: <http://www.saude.gov.br/con_tratados.html> Acesso em: 15 out. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n° 1.927/GM, de 17 de setembro de 2008, *In: Diário Oficial da União*, n° 181, de 18 de setembro de 2008, Seção 1, p. 59.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial n° 3.696, de 25 de novembro de 2012, *In: Diário Oficial da União*, n° 152, de 08 de agosto de 2011, Seção 1, p. 49.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n° 104, de 25 de janeiro de 2011, *In: Diário Oficial da União*, n° 18, de 26 de janeiro de 2011, Seção 1, p. 37.
- PORTUGAL. Despacho n.º 12.045/2006, de 7 de Junho. *Diário da República* n.º 110 – II Série. Ministério da Saúde, Lisboa, 2006.
- ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde–1986. Carta de Ottawa. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/promocao/upladArq/ottawa>>. Acesso em: 08 de set. 2015.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 2008. Brasil. Rio de Janeiro:
- IBGE, v. 29, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/brasilpnad2008.pdf>>. Acesso em: 08 de set. 2015.

- Projeto de Lei n.º 1616/11: Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um profissional da área de enfermagem, enfermeiro ou técnico de enfermagem, nas unidades da rede pública de creches e escolas de educação infantil, e dá outras providências, jun. 2011.
- RASCHE, Alexandra Schmitt. A atuação do enfermeiro escolar em projetos de promoção da saúde no Ensino Fundamental: O caso da 3ª Coordenadoria Regional de Educação no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em enfermagem) Rio de Janeiro (RJ): Escola de Enfermagem Anna Nery, UFRJ, 2008.

A Few Comments on Nursing in the School Environment Together with its Educational Practices

Abstract: School is considered to be a place where it is possible to promote health education and create a favorable environment for the development of healthy practices such as adoption of healthy habits and identification of diseases. Nursing practice in a context that involves student health is covered by a current policy. This paper attempts to identify, by means of an integrative research, some of the contributions of nursing in the school environment in order to better understand current practices and contribute to the strengthening of their policies. This is an integrative literature review whose exploratory, descriptive and comparative methods involve a qualitative approach. This research used data base from Health Virtual Library (HVL): LILACS, MEDLINE, SCIELO and BDENF. Eighteen articles were selected. All of them reveal the involvement of nurses in school health programs, which in turn are new conceptions based on a new way of promoting health. Our findings allow us to bring to discussion nurses' visibility and their role in the school context. This paper also reveals that nurses play a social role and must use their abilities to promote health, regardless of the physical space.

Keywords: Nursing – School Health – Education for Health

Amizade e relação de gênero entre estudantes do ensino fundamental

Joelma Tose Oliosi – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras -
Alegre - ES
Mestre em Educação – UFSJ
E-mail: joelmaoliosi@hotmail.com
Fone: (27) 9975-0550

Renata Vale Assunção – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras -
Alegre - ES
Mestre em Psicologia – UFSJ
E-mail: renatavassuncao@gmail.com
Fone: (32) 9118-2992

Data de recepção: 23/08/2013
Data de aprovação: 27/09/2013

Resumo: O texto relata uma pesquisa sobre amizade e relações de gênero entre adolescentes (com idades entre 12 e 13 anos), estudantes de escola pública estadual de São João del-Rei, MG, as amizades e as relações de gêneros são fundamentais para a formação da identidade do adolescente e, como esses sujeitos passam grande parte do tempo na escola, investigamos essas relações nesse contexto. Foram realizadas observações no estabelecimento escolar, oficinas de grupo e entrevistas semidirigidas. Os dados revelaram que o grupo de amigos oferece segurança e confiança para o adolescente manifestar e afirmar sua identidade em formação, bem como uma forma de tornar a escola interessante e divertida, pois meninos e meninas trazem para suas relações estereótipos de gêneros, buscando desconstruí-los ou confirmá-los socialmente.

Palavras-chave: Adolescência – Amizade – Relações de gênero – Contexto escolar

Introdução

O presente texto descreve parte de uma investigação realizada entre 2008 a 2010 sobre a amizade e as relações de gênero entre adolescentes, com idade entre 12 e 14 anos, entre alunos do 8º ano (7ª série) de uma escola pública, em São João del-Rei, Minas Gerais. Esta pesquisa vinculava-se a um grupo de pesquisa sobre adolescência e escola do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) e contava com vários participantes, entre estagiários, bolsistas, mestrandos e professores. Dentro dessa perspectiva, essa investigação teve como proposta conhecer a implicação das amizades e relações de gênero na escola, a partir dos próprios sujeitos investigados, revelando as vozes desses estudantes. Para isso, foram realizadas observações em salas de aula, em uma escola pública da cidade; encontros semanais com um grupo de aproximadamente oito adolescentes coordenado pelas então bolsistas de iniciação científica, autoras deste artigo, como também entrevistas individuais.

Embora muitas pesquisas enfoquem a amizade ou o grupo de iguais na adolescência, o contexto escolar muitas vezes não é considerado em interação com esses dois aspectos. Ao se ponderar a escola como espaço de convivência e experimentação identitária juvenil, verifica-se aspectos significativos, com fecundas possibilidades de exploração investigativa, apresentando-se como pertinentes no que diz respeito à educação e à formação da identidade do adolescente. Vários autores (DAYRELL, 2007; LEPRE, 2008; GOMES e JUNIOR, 2007) defendem que as relações de amizade permitem tanto reafirmar a identidade como também questionar valores e normas sociais, além de possibilitar experimentações de acontecimentos a partir de trocas que contribuem para aprendizagem. Outros autores reconhecem as relações de gênero (LOURO, 1998; SAYÃO, 2002; FINCO, 2003; SOUZA e HUTZ, 2007) como importantes para a construção e afirmação da identidade, porém não consideram essas relações entre adolescentes no contexto escolar. Nesse sentido, faz-se importante apresentar algumas reflexões sobre as implicações das relações de amizade e de gênero na adolescência como formadoras de identidade.

1. Amizade e relações de gênero na formação da identidade adolescente

Afonso (2001) enfatiza que a adolescência é uma fase de crise de identidade, na medida em que é exigido que estágios anteriores do desenvolvimento sejam reelaborados a partir das novas exigências dos contextos psíquico e social vividos pelo sujeito. Dessa forma, pode-se dizer que nesta fase ocorre o processo de desconstrução e reconstrução da identidade, no qual o adolescente pode sentir confusão diante dos papéis sociais possíveis ou desejáveis de vivenciar. De acordo com a autora, esse processo é também um processo de socialização, no qual a interiorização e exteriorização de valores, conhecimentos, hábitos e práticas se dão por um sujeito dominado simultaneamente pela sua estrutura psíquica e maturação cognitiva e pelas influências socioculturais.

Nessa fase, a amizade pode ser uma influência para os adolescentes no sentido de se afirmarem

como sujeitos dotados de opiniões e vontades próprias, questionarem identidades sociais já implantadas e refletirem sobre sua própria forma de ser. Em um mundo que se revela tão confuso, as amizades são um encontro entre iguais, que possibilitam a expressão e o questionamento de uma maneira mais aberta (GOMES e JÚNIOR, 2007).

Gilberto Velho (1987) assegura que, assim como os laços familiares, as relações de amizade são fundamentais na formação da subjetividade, uma vez que os amigos são de escolha pessoal, influenciada por elementos afetivos, de modo que nestas relações haja sentimento de solidariedade, estima, companheirismo e proteção. Além disso, para os adolescentes, a amizade é uma fonte essencial de sentimentos de segurança e confiança, significando também *status* do grupo ao qual pertencem. Assim, amigos valorizam e reafirmam reciprocamente suas identidades, na medida em que reconhecem as qualidades do outro e oferecem apoio nas dificuldades cotidianas (PEREIRA e GARCIA, 2007).

A partir de um consenso entre autores (VIANA, 1947; PEREIRA e GARCIA, 2007; MÜLLER, 2004) relações de amizade não se baseiam em parentesco, mas em um compromisso estabelecido a partir da confiança, da lealdade, do compartilhamento das vivências e da interdependência. Nessa relação, o respeito, a cooperação e a aceitação se dão de forma recíproca, ao mesmo tempo em que se trata de um relacionamento com obrigações mútuas. Pode-se perceber que, no que diz respeito à manutenção das amizades, a confiança e a solidariedade são fundamentais. Müller (2004) afirma que a amizade é uma relação afetiva, voluntária, pessoal e privada estabelecida entre indivíduos e pode variar na forma como é estabelecida, de acordo com o gênero, classe e geração. Trata-se de uma relação de confiança que se constitui através do tempo, com a convivência. Por isso, pode-se dizer que a escola é um espaço de construção de amizades entre adolescentes, uma vez que é um local onde esses sujeitos passam mais tempo juntos (OLIOSI e ASSUNÇÃO, 2010).

Considerando a relação de amizade como um fator de socialização do adolescente, a relação de gênero também pode ser ponderada como parte do processo de construção de identidade. Isso porque as relações de amizade se dão nas formas intra e intergêneros e a cultura e estrutura as formas como ocorrem essas relações, bem como a forma de viver das pessoas de acordo com as implicações vigentes da estrutura de gêneros (TRAVESSO-YÉPES e PINHEIRO, 2005). Assim sendo, ao pensar nas relações de amizade como forma de interação e manifestação da identidade, podemos compreender como as diferenças nas relações de gênero são produzidas pelas culturas e sociedades.

Para Louro (1997), gênero refere-se à forma como as diferenças sexuais são entendidas em um determinado contexto social. Isso quer dizer que não é propriamente a diferença sexual – de homens e mulheres – que delimita as questões de gênero, e sim as maneiras como ela é representada na cultura através do modo de falar, pensar ou agir. Essas diferenças são internalizadas pelos sujeitos, ainda na infância, por diversos mecanismos que envolvem suas interações com os adultos, outras crianças, a mídia, etc., e influenciam nas elaborações que as crianças fazem sobre si, os outros e a cultura, e contribuem para compor sua identidade de gênero e relações interpessoais. A identidade de gênero se refere à combinação de estereótipos masculinos e femininos em um indivíduo, ou seja, a masculinidade e a feminilidade são partes constitutivas de todas as pessoas, em diferentes formas (SAYÃO, 2002).

Desde cedo, crianças se agrupam de acordo com seu gênero e tipificam jogos e brinquedos em o que é de menina e o que é de menino. Travesso-Yépes e Pinheiro (2005) explicam que as características femininas ou masculinas são internalizadas de acordo com as características representadas pela cultura, desta forma, torna-se mulher ou homem. Assim, cada cultura possui matrizes simbólicas que definem o que é masculino e feminino, bem como as relações ocorrem.

Para Afonso (2001), cada cultura possui matrizes simbólicas que definem o que é masculino e feminino, bem como se relacionam e interagem. É na relação entre homem e mulher que o gênero é construído. Desta forma, relações de gênero referem-se às relações entre mulheres e homens, não como seres biológicos, mas tais como são definidos pelas matrizes simbólicas de sua cultura. Assim, existem relações de gênero em todos os tipos de relações interpessoais nas diversas instituições e áreas da vida.

Como instituição definidora de cultura, de acordo com Louro (1997), a escola também é um espaço de construção de diferenças e desigualdades, na medida em que silencia ou não reage diante da afirmação de estereótipos de masculinidades e feminilidades. Em contrapartida, pode contribuir para a superação dessas desigualdades, ao introduzir questionamentos dessas formas de discernimento de gêneros, pois é no cotidiano das vivências de relações de gênero, em contextos sociais específicos, que se permite, através do questionamento crítico de tais vivências, novas formas de resignificação (TRAVESSO-YÉPES e PINHEIRO, 2005). A questão do discernimento de gênero é apontada por Pereira (2008) como fortemente enraizado nas linguagens e posturas transmitidas pela escola, que a partir de seu código de normas e sua função de transmissora de conhecimentos, estabelece o que é masculino e o que é feminino, modelando e discriminando o comportamento de meninas e meninos, mulheres e homens.

Percebe-se, portanto, que as relações entre pares são valorizadas por diversos autores como referências fundamentais no processo de formação identitária dos adolescentes e devem ser pensadas no contexto cultural e histórico. Além disso, as relações de amizade e de gênero possibilitam a compreensão de como os adolescentes experienciam as imposições sociais, bem como as possíveis resignificações das vivências e dos modos de ser.

A partir dessa breve exposição a fim de se melhor compreender a temática da pesquisa, serão apresentados os procedimentos e métodos utilizados durante a investigação.

2. Metodologia

Durante os anos de 2008 a 2010, realizamos observações em salas de aula de uma escola estadual na cidade de São João Del Rei – Minas Gerais, encontros semanais com um grupo de oito adolescentes pré-selecionados e entrevistas individuais com quatro destes.

Para os grupos de encontro selecionamos os participantes e realizamos um convite oral e por escrito aos selecionados, que deveria ser assinado pelos pais. Alguns dos participantes da pesquisa foram selecionados a partir de uma amostra de outras pesquisas, realizadas quando esses adolescentes

ainda eram crianças e estavam na pré-escola¹. Outros foram selecionados por chamar atenção² das pesquisadoras. Também sugerimos que chamassem seus amigos para participarem. Assim foi formado um grupo de treze adolescentes, dentre esses oito eram assíduos, os demais alteravam ou porque não tinham interesse em participar ou porque os pais não permitiram a frequência, já que os encontros eram realizados na escola após as aulas.

Foram realizados dez encontros em que eram utilizadas dinâmicas de grupo e reflexões sobre assuntos que fazem parte do cotidiano juvenil, com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre os adolescentes e a forma como se relacionam, de forma descontraída e em partilha no grupo de iguais. Nesses encontros, buscamos trabalhar de forma a revelar as vozes desses adolescentes a respeito de seu cotidiano, suas experiências, a forma de lidar com as dificuldades e assim por diante. Dessa maneira, o adolescente foi reconhecido como um sujeito capaz de falar com propriedade sobre suas experiências, o que exige respeito e consideração pelo que ele pensa e vive. Esses encontros foram registrados por duas filmadoras, uma que ficava nas mãos dos adolescentes e outra que ficava nas mãos de uma das pesquisadoras, a fim de obter e registrar dados, mas principalmente, ser condizente com a proposta da pesquisa e respeitar a visão dos adolescentes.

Cada decisão a ser tomada era consultada e discutida com o grupo investigado. Além disso, duas adolescentes da amostra tornaram-se bolsistas do PIBIC –Júnior³, o que evidencia mais uma vez a atuação desses jovens na pesquisa, seguindo os pressupostos da investigação participante.

As entrevistas individuais foram semi-estruturadas a partir de uma mescla das informações nascidas do processo grupal e de um roteiro de entrevista elaborado pelos adolescentes em um dos encontros. Foram entrevistados quatro adolescentes, duas meninas e dois meninos. Tudo foi registrado por um gravador portátil e uma filmadora, a partir da autorização dos participantes, para posterior digitalização.

Durante todo o período de pesquisa, ocorreram também observações dentro do estabelecimento escolar, de três turmas, visando compreender os comportamentos dos adolescentes dentro e fora da sala de aula. Os dados observados pelo pesquisador/observador eram registrados em um diário de campo. Tais dados referiam-se às atividades realizadas e as formas de interações estabelecidas entre os estudantes.

Importante ressaltar que o grupo de pesquisa reunia-se semanalmente a fim de compartilharem as experiências, discutir posturas e abranger os temas sobre adolescência investigados.

1. SANT'ANA, R. B.; RESENDE, C. A.; RAMOS, L. C. (2004). O interacionismo social e a investigação da brincadeira infantil: uma análise teórico-metodológica. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, São Paulo, 14, (04), set/dez, p. 11-26.

2. Diz-se de alunos que se destacaram durante as observações em sala de aula, sendo os mais citados no "diário de campo".

3. Bolsa concedida pelo CNPq a estudantes do ensino fundamental ou médio para iniciação à pesquisa.

3. Resultados e discussão

“A aula se inicia. Um menino grita: ‘Eba! Amanhã não tem aula! Podia ser todo dia assim (...)’ e outros alunos concordam com ele” (Diário de Campo - observação realizada no dia 09/10/09). Esse fragmento representa a falta de interesse de alguns alunos em vir à escola. Porém, as observações mostraram que o principal fator a estimular a maioria dos alunos a permanecerem na escola é a relação com os amigos. Isso pode ser percebido quando os mesmos alunos, que burlam as atividades em sala de aula ou demonstram-se felizes quando são liberados antes do horário normal de término das aulas, permanecem na escola após a liberação, em rodas de conversa no pátio da escola ou vão para a quadra jogar futebol ou vôlei.

Concordando com Ferreira (2004), a relação de amizade pode ser vista como uma forma de os indivíduos estarem próximos e envolvidos afetuosamente e socialmente, o que permite uma transformação no ambiente institucional. Dessa forma, a frequência na escola, inicialmente, pode ser vista pelos adolescentes como uma obrigação tediosa, mas por via das relações de amizade pode tornar-se uma rotina mais confortável, interessante e divertida. Neste sentido, os adolescentes do contexto investigado valorizam a ludicidade tanto como um aspecto da amizade tanto como forma de tornar a escola menos maçante. Entre os amigos quase tudo “vira brincadeira”: a nota baixa do amigo, a “paquera”, alguma característica do colega, o jeito de falar ou vestir do professor. Embora essas “brincadeiras” em alguns momentos pareçam incomodar alguns colegas, elas são sempre retomadas pelos adolescentes e o que foi “vítima” da brincadeira também “vitimiza” os outros amigos. Também é possível perceber os apelidos sarcásticos como forma de amenizar o tédio das aulas. Por exemplo: “bambu”, “baixinha”, “Naruto”, “cara de cavalo”. Esse comportamento de colocar apelido nos colegas parece ser mais comum nos meninos do que nas meninas (OLIOSI e ASSUNÇÃO, 2010).

Percebemos que as características assinaladas pela literatura como fundamentais em uma relação de amizade, ou seja, solidariedade, companheirismo, proteção, afetividade e confiança, são apreciadas pelos adolescentes como características de seus amigos. Isso é evidenciado em falas como: *“Ah! Amigo é aquele que te ajuda nas horas que a gente precisa”* (João, 12 anos, entrevista realizada em abril de 2009). *“Tem os amigos que são falsos, que só ficam com você enquanto você está bem, quando você precisa deles, eles não te ajudam”* (Luiz, 12 anos, entrevista realizada em maio de 2009). Tais expressões evidenciam que para vivenciar a amizade é preciso seguir algumas regras, no caso, ajudar o outro nos momentos de dificuldade.

Müller (2004) define que colegas são aquelas pessoas que encontramos com certa periodicidade porque frequentam o mesmo ambiente (sala de aula) e por isso, passam a trocar algumas palavras e se cumprimentarem, mas não há relação de proximidade e intimidade, como entre os amigos. Esses se relacionam com o compartilhar mútuo de questões particulares e íntimas, já o melhor amigo é aquele que está sempre presente e no qual se pode confiar e compartilhar “segredos”.

Assim, há uma diferenciação entre amigos e colegas, conforme a fala: *“Amigos estão mais perto de você e colega são as pessoas que você conversa, mas não tem tanta intimidade (...) amigos são legais, sei lá (...) gente boa, dá para confiar nessas pessoas, elas contam tudo pra gente (...) pra mim, eu conto*

tudo pra elas (...) por ter confiança e porque conheço há mais tempo” (Maria, 12 anos, entrevista realizada em maio de 2009).

A confiança de segredos entre o grupo de amigos é clara e podemos observar em dizeres como este: *“eu não falo para os meus pais que eu tirei nota vermelha, mas minhas amigas sabem”* (Josefina, 12 anos, Grupo de Encontro realizado em 14/05/09).

A escolha dos amigos, segundo descrito pelos adolescentes da amostra, ocorre de forma gradual: primeiramente, ocorrem aproximações e diálogos, nos quais, se houver afinidades de interesse e manifestação de afeição mútua, ocorre a formação de vínculos de amizade e de grupos de iguais. Outra forma ainda seria um tempo de convivência anterior. Isso pode ser evidenciado na fala de João (12 anos, Grupo de Encontro realizado em 29/04/09): *“Eu brigava com eles no começo da quinta série. Ai, no início desse ano [7ª série] eu comecei a conversar com eles”*. Ou ainda na fala de Maria (13 anos, entrevista, maio de 2009): *“A Joana eu conheço ela desde quando eu estudava no BH [pré-escolar], aí eu entrei no EE [escola atual], a Joana já conhecia a Josefina, aí a gente virou amiga. A mesma coisa com a Clara, que a Josefina conhecia, aí começamos a conversar!”*.

A aproximação e a expressão de amizade acontecem em ambos os gêneros, porém manifestam-se de forma diferentes. De acordo com Souza e Hutz (2007), na sociedade atual as relações inter e intragêneros se diferem na medida em que as mulheres tendem a estabelecer relações face-a-face e recíprocas, enquanto os homens formam grupos maiores, lado-a-lado, e mais aberto a novos integrantes. Dessa forma, a amizade entre as meninas é mais íntima e próxima, envolvendo trocas afetivas e maior facilidade em “se abrir”; já entre os meninos, a amizade é mais instrumental, ou seja, baseia-se na realização de atividades em conjunto, por exemplo, jogar futebol, e os assuntos conversados são mais superficiais. A amizade entre homem e mulher é um relacionamento com características próprias, que merece maior atenção e investigação.

Foi possível perceber que a amizade entre as meninas baseia-se na troca de contatos físicos, tais como abraços, beijos na bochecha, segurar as mãos ou passar a mão no cabelo da outra. Os grupos de amizade das meninas são fixos e fechados, ou seja, é possível encontrar o mesmo grupo sempre junto. Além disso, há maior confidencialidade de segredos e de assuntos sobre paqueras. *“Maria muda de lugar para sentar-se perto de Joana e começam a conversar, enquanto aquela passa a mão nos cabelos desta. Os meninos falaram que Maria sentou perto de Joana para falar dos outros. Joana passa batom e depois empresta para Josefina, que está na carteira ao lado.”* (Diário de campo – observação de 10/09/09).

Entre meninas a interação entre amigas parece ser mais disfarçada, a partir de trocas de bilhetes, por exemplo; assim, é mais incomum ver professores chamando atenção de meninas. *“Josefina tenta comunicar-se com Joana: fica olhando para ela durante 5 minutos e fala baixinho o seu nome, Joana não escuta; depois de um tempo, olha casualmente para trás e então as duas começam a conversar uma com a outra através de sinais e leitura labial.”* (Diário de campo – observação 10/09/09).

Entre os meninos, percebemos grupos mais abertos, com maior variabilidade entre os membros e os assuntos geralmente conversados são sobre esportes, por exemplo, acerca do gol que fizeram

durante a educação física ou a manobra realizada na bicicleta, ou sobre o time de futebol e, em menor grau, sobre meninas. Como ocorre na fala de Luiz (12 anos, entrevista, maio de 2009): *“Menino a gente fica falando de futebol e de menina e as meninas nem sempre falam de meninos, elas conversam de outras coisas também”*. Percebe-se ainda pouco contato físico ou quando ocorre, é disfarçado de agressão física, como empurrões ou tapas. *“Marcos, Luiz e João conversam durante a aula, quando a professora lhes chama a atenção, um acusa o outro sem assumir sua responsabilidade, mas continuam a interação, como se nada houvesse. João e José brincam de beliscar o braço um do outro”* (Diário de campo – observação de 03/09/2009).

Tem sido observado que os estereótipos de gênero são mais fortes nos meninos do que nas meninas. Por exemplo, em uma das dinâmicas de grupo realizadas, foi proposta uma atividade em que um adolescente solicita a outro: *“É pedido a Marcos para pagar uma prenda na qual ele tem que imitar comportamentos femininos, que é negado por ele, talvez como forma de afirmar sua masculinidade, do contrário, seria caçado pelos colegas em outros momentos.”* (Grupo de Encontro – 03/04/09).

Meninos percebem a amizade entre meninas como diferente da amizade entre meninos: *“As meninas também qualquer coisinha elas ficam com raiva uma da outra. Ah isso não é amizade, amizade assim (...) se vai (...) a pessoa (...) briga (...) faz uma coisa que você não gosta, você tenta entender ela. (...) Só uma vez que eu fiquei sem conversar com o Luiz, que eu briguei feio com ele, aí depois eu voltei a conversar com ele!”* (João, 12 anos, entrevista – abril de 2009). Ou ainda: *“(…) é que menino, assim, é mais companheiro mesmo, porque menina qualquer briguinha fica com raiva, mas assim quando a menina é amiga mesmo uma da outra, aí elas vão fazer homenagem, no aniversário faz as coisas, meninos não, dão o parabéns (...)”* (Luiz, 12 anos, entrevista – maio de 2009).

“Aula de Educação Física: A maior parte das meninas jogava vôlei, enquanto somente dois meninos praticavam esse esporte, os demais meninos jogavam futebol. Algumas meninas não jogavam vôlei, mas passaram a aula toda conversando em grupinhos. Às vezes, uma menina se atrevia a jogar futebol com os meninos, mas faziam isso só para atrapalhar, e eles logo lhe roubavam a bola” (Diário de campo – observação 12/05/10). Pode-se observar que o tempo e o espaço da escola não são distribuídos e concebidos da mesma forma pelos gêneros (LOURO, 1997). Vez por outra, o mesmo espaço e tempo são ocupados e compartilhados por ambos os sexos: *“Os meninos estão na quadra de futebol e assistem à “copa recreio” [torneio entre as turmas da escola], Letícia também está lá”* (Observação dia 03/09/09).

Na interação, entre meninos e meninas, foi possível perceber que se trata de uma relação que busca igualar-se com a relação intragêneros, mas que possui suas particularidades, uma vez que os estereótipos de cada gênero se interagem. Meninos e meninas passam o recreio juntos com seus grupos, mas separados entre gêneros. Vez por outra algum menino chegava perto do grupo das meninas, conversavam com uma menina e depois saíam. *“José sempre ficava perto de Joana, mas brincava com certa violência com ela, puxando e torcendo seu braço. Parecia que ele sentia interesse por ela, mas para despistar, tinha esses tipos de atitude, ao invés se acariciá-la, agindo com ela, assim como age com seus amigos”* (Grupo de Encontro – 18/03/09).

“Enquanto aguardavam a professora, um grupo de meninos conversava sobre a partida de futebol de ontem. A maioria das meninas estava na porta, uma brincava de “bater o bumbum” na outra; um menino chegou e fez a mesma brincadeira com ela; ela bateu nele e saiu correndo atrás dele, dando-lhe tapas. Ele se defendia somente” (Diário de campo – observação 29/04/10). Dessa forma, ao recorrerem à agressão, as meninas recusam a forma frágil de serem femininas e buscam igualarem-se aos meninos. Essa agressão, por vezes, pode ser também verbal, como mostra o fragmento do diário de campo (03/09/2009), em que “Josefina e um menino começam a conversar de longe, praticamente, só movem a boca. Isso acontece em forma de brincadeira disfarçada de briga. É possível ouvir falarem baixinho: Josefina: - Você vai ver o que faço com você depois!; Menino: - Cala a boca!”. Isso ocorre geralmente porque os meninos realizam certas “brincadeiras” com as quais as meninas se incomodam. Além disso, essas atitudes parecem mascarar, conforme já foi abordado, os interesses em “ficar” de qualquer uma das partes.

Dentre as relações intergêneros, destacam-se as afetivo-amorosas, que, de acordo com Müller (2004), distinguem-se em “ficar”, “rolo” e o namoro. O “ficar” é uma relação sem compromisso, com curta duração, e que é definida pela atração física, mas também regulada por regras. Quando um casal “fica” por várias vezes, durante um tempo mais prolongado, essa relação se transforma em “rolo”, que ainda não se exige compromisso ou fidelidade tal como ocorre no namoro. Geralmente, essas relações são mantidas em segredo entre amigos. O namoro, por sua vez é uma relação fixa, com compromisso e há uma revelação pública dessa relação, principalmente à família.

“Namoro não é só beijar, como quando a gente fica, mas compartilhar a amizade, mas não pode namorar porque o pai ainda não deixa” (Marcos, 12 anos, Grupo de Encontro – 03/04/09). Essa proibição do pai quanto ao namoro para um filho homem foi questionada pelos outros meninos. Eles disseram que essa proibição se dá mais comumente de pai para filha, mas, para o filho, os pais costumam incentivar o namoro. Segundo as meninas, os pais desaprovam inclusive que elas conversem com meninos.

Quanto aos assuntos partilhados, meninas conversam entre si sobre diversos assuntos, porém controlam sobre o quê e como vão falar com os meninos, já os meninos conversam mais sobre esportes e meninas e buscam tratar com as meninas somente assuntos mais triviais do dia-a-dia. “O assunto é diferente, com meninas o assunto é de meninos, de maquiagem essas coisas assim de meninas mesmo e com os meninos o assunto é mais geral. (...) você não conta coisas que você conta para as meninas para os meninos. Coisa de mulher né! Você fala com as meninas coisas tipo (...) sei lá (...) de meninos você fala com as meninas. Agora de meninos você não pode falar, quando está com amigos você não pode falar de amigos tem que regular as palavras que você vai falar” (Maria, 13 anos, entrevista – abril de 2009).

De acordo com Müller (2004), existem “conversas de homem” e “conversas de mulher”, bem como conversas compartilhadas entre ambos os gêneros. Dentre as “conversas de mulher” destacam-se assuntos sobre namoro, meninos, atores de TV, aparência, como roupas e maquiagem, e sobre o corpo, como menstruação e cólicas. A conversa entre as meninas é mais íntima do que entre elas e os meninos, pois podem compartilhar entre assuntos que não compartilham com os meninos. Nas conversas entre meninos, destacam-se assuntos sobre esporte, meninas, “zoações” um com o

outro, comentários sobre festas, a namorada do amigo, etc.

As meninas aproximaram-se mais das pesquisadoras e comunicaram-se com maior facilidade do que os meninos. Elas nos tocam e contam sobre suas vidas, enquanto os meninos trocaram apenas algumas palavras básicas de contato ou olhares, mas fazem mais isso na presença de outras meninas. Esses comportamentos parecem revelar as diferenças sexuais de gêneros.

Considerações finais

Percebe-se que a semelhança e a proximidade são aspectos importantes entre amigos, seja de idade, gênero, nível sócio-econômico-cultural, local de domicílio ou atividades, a fim de que haja identificação positiva para o desenvolvimento de vínculos. Outro fator importante na formação da amizade é o tempo de convivência, quanto mais tempo se conhecem, mais facilmente ocorre a aproximação. Trata-se de uma relação de intimidade e confiança, que se constitui com o tempo, através da convivência e do compartilhamento de momentos importantes da vida. Por isso, a escola tem papel fundamental na formação de relações de amizade, pois é nela que os adolescentes permanecem mais tempo uns com os outros.

Pode-se perceber que a probabilidade de encontrar os amigos e conviver com eles, torna a escola atrativa aos alunos observados, o que, por um lado, facilita a assiduidade escolar e a tolerância de aulas enfadonhas e sem sentido. Por outro lado, a interação com os colegas, durante o transcorrer das aulas, quando em excesso, pode diminuir a consolidação da aprendizagem, na medida em que a maior parte da energia do adolescente está voltada para a relação com os pares.

Amigos desempenham um importante papel na vida do adolescente, seja como fonte de apoio social e emocional ou para a manutenção da saúde física e mental. O apoio social fornecido pelos amigos funciona no equilíbrio do conflito entre gerações, visto que a intimidade, anteriormente fornecida pela família, passa a ser cada vez mais complementada pelos pares e amigos. Nesse sentido, as redes de amizade podem ser vistas como importantes colaboradores para o processo de reprodução ou transformação cultural em que normas e valores do meio social em que vivem os adolescentes podem ser aceitos ou contestados.

As relações de amizade na adolescência nascem como um “falar a mesma língua” e parece ser uma forma de descontração, lealdade, confidências de segredos e ajuda mútua. Desse modo, a amizade é um relacionamento livre das exigências postas pela família ao indivíduo, o que não significa que na constituição das amizades não exista a participação da cultura, de restrições e possibilidades ligadas ao grupo de pertença dos sujeitos.

Pode-se perceber que as amizades entre meninas baseiam-se nas trocas afetivas mais íntimas, próximas e envolvem maior satisfação; já as amizades masculinas são pautadas na realização de atividades em conjunto, são mais instrumentais, valorizando o tempo investido nessa relação.

Meninos se agrupam em grupos maiores e abertos, enquanto as meninas se agrupam em duas ou

três; meninos tendem a frequentar mais espaços públicos e com menos supervisão de adultos; o contato físico entre meninos é mais agressivo, porém com espírito de brincadeira; a amizade de meninos está orientada para atividades, enquanto a amizade das meninas envolve contatos físicos mais afetivos, sendo mais concordantes em valores e características pessoais.

Embora existam diferenças baseadas nos estereótipos de gênero, as configurações de amizade nos grupos de meninos ou meninas não são afixadas, é possível ver grupos grandes de meninas conversando e pequenos grupos de meninos. Tanto meninas como meninos buscam “chamar” a atenção de outros para si de formas semelhantes, seja usando a roupa da moda, seja com gritos ou “piadinhas”. Também é possível ver raros toques físicos mais carinhosos entre os meninos, como colocar o braço por sobre o ombro do amigo enquanto caminham e conversam, além dos toques agressivos, mais comuns, como tapas e empurrões. Essas ações podem indicar uma contestação ao modo de ser e agir de cada gênero imposto pela sociedade, construindo novas formas de relação.

A relação intergênero deve ser observada com cuidado, pois elas podem ser uma relação de amizade ou de interesse amoroso/sexual (“paquera”). O que se percebe é que a relação entre meninos e meninas é permeada por um toque de ludicidade e agressividade, na medida em que as meninas agredem fisicamente ou verbalmente os meninos, usando a expressão “cala a boca”, no mesmo momento em que riem da situação.

Percebe-se, portanto, que as relações entre pares são valorizadas por diversos autores como referências fundamentais no processo de formação identitária dos adolescentes e devem ser pensadas no contexto cultural e histórico. Além disso, as relações de amizade possibilitam a compreensão de como os adolescentes experienciam as imposições dos adultos e a educação que recebem dos pais, professores, bem como as possíveis ressignificações das vivências e do modo de ser feminino ou masculino.

Referências

- AFONSO, L. *A polêmica sobre adolescência e sexualidade*. Belo Horizonte, MG: Campo Social, 2001. 247 p.
- DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes: reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 28, v.100 – Especial, p. 1105-1128, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2009.
- FERREIRA, M. M. M. *A gente gosta é de brincar com os outros meninos!*: relações entre crianças num jardim de infância. Porto, Portugal: Afrontamento. 2004. 437 p.
- FINCO, D. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. *Pro-Posições*, Campinas, n.14, v. 3, p. 89-101, set./dez, 2003.
- GOMES, L.G.N; JUNIOR, N.D.S. Experimentação política da amizade: alteridade e solidariedade nas classes populares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, n. 23, v. 2, p. 149-158, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n2/a05v23n2.pdf>> Acesso em 8 de out. 2009.
- LEPRE, R.M. Adolescência e construção da identidade. São Paulo. *Programa de pós-graduação em educação* – UNESP, 2008. Disponível em <http://psicopedagogia.com.br>. Acesso em 30 de out. de 2008.
- LOURO, G. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 179p.
- MÜLLER, E. *As patricinhas no mundo do Shopping Center: um discurso e algumas práticas juvenis bem-comportadas*. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2004. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1781/1/tese.pdf>> Acesso em: 10 set. de 2009.
- NEVES, P. R. da C. *As meninas de agora estão piores que os meninos: gênero, conflito e violência na escola*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05112009-155238/pt-br.php>> Acesso em: 10 de set. de 2009.
- OLIOSI, J. T. et al. *A amizade entre os adolescentes: a vida escolar e a formação do sujeito*. Anais XV Enaprapso, Maceió-AL, 2010. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/176.%20a%20amizade%20dos%20adolescentes.pdf> Acesso em 5 de jan. de 2011.

- PEREIRA, A. de. C. *Cenas de meninas e meninos no cotidiano institucional da Educação Infantil: um estudo sobre as relações de gênero*. 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/Forum/Arlete_de_Costa_Pereira_forum .pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/Forum/Arlete_de_Costa_Pereira_forum.pdf)> Acesso em 13 de Nov. de 2009.
- PEREIRA, F. N.; GARCIA, A. Amizade e escolha profissional: influência ou cooperação. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, n. 8, v. 1, pp. 71-86, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v8n1/v8n1a07.pdf>> Acesso em: 13 de Nov. de 2009.
- SAYÃO, D. T. A construção de identidades e papéis de gênero na infância: articulando temas para pensar o trabalho pedagógico da educação física na educação infantil. *Revista Pensar a prática*, n. 5, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/view/43/2689>> Acesso em: 20 de jan. de 2010.
- SOUZA, L.K. de; HUTZ, C. S. Diferenças de gênero na percepção da qualidade da amizade. *PSICO*, Porto Alegre, n. 38, v. 2, p. 125-132, maio/ago, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1464/1986>> Acesso em: 21 de ago. de 2009.
- TRAVESSO-YÉPES, M. A.; PINHEIRO, V. de S. Socialização de Gênero e Adolescência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 13, v. 1, p. 147-162, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a10v13n1.pdf>> Acesso em: 12 de jul. de 2009.
- VELHO, G. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, A. M. de et al. *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 79-87.
- VIANA, M. G. *Psicologia da amizade*. Editorial Domingos Barreira: Porto, 1947. 387p.

Friendship and Gender Relationship among Elementary Students

Abstract: This paper reports on findings from a research undertaken to describe friendship and gender relationships among 12-13 public elementary school students in the city of São João del-Rei, State of Minas Gerais. There is an assumption that friendships and gender relationships are of fundamental importance for adolescents to develop an identity. In this paper, we also focus on the idea that students spend a lot of time together at school. With this in mind, it was possible to make observations taking into account the context in which it occurred and organise workshops and semi-structured interviews. In addition, our study revealed that being part of a group of friends provides students security and confidence so that they can manifest and affirm their identities still in formation. For school to be an interesting and funny place, boys and girls bring into their relationships genre stereotypes. Thus, it is possible to (des)construct them socially.

Keywords: Adolescence – Friendship – Genre Relationships – School Context

Postulações de Melanie Klein sobre o tratamento psicanalítico com crianças

Diovane Avelino de Souza Silva – ABRAFP

Psicanalista – Associação Brasileira de Filosofia e Psicanálise

Email: diovaneavsouza@gmail.com

Telefone: (31) 9 8956-4562

Data de recepção: 27/04/2017

Data de aprovação: 06/07/2017

Resumo: O objetivo deste artigo é salientar a teoria de Melanie Klein e sua influência no tratamento psicanalítico com crianças. De maneira simplista, o texto a ser consultado, aborda os principais conceitos de Klein, como a fantasia inconsciente, a questão da inveja e do ciúme, bem como sua biografia resumida. No decorrer do texto é possível encontrar, numa ótica geral, os princípios mais relevantes para o processo de teorização kleiniano.

Palavras-chave: Psicanálise – Melanie Klein – Fantasia – Complexo de Édipo

Introdução

A psicanálise revela-se um saber por sua trajetória de descobertas e estruturação de seus conceitos, a partir do raciocínio pautado na experiência em torno de seu objeto exclusivo: o inconsciente. Culminando em obra colossal que influencia a maneira como o comportamento humano é concebido, Sigmund Freud deslumbrou o aparelho psíquico e seu funcionamento, bem como sua participação na formação e desenvolvimento da personalidade e nos relacionamentos cotidianos. A lógica dos desejos e seu jogo de esconde-esconde, as pulsões que nos impulsionam e os sintomas que esbarram na subjetividade expressiva do sofrimento. Como todo saber, a psicanálise desemboca em descobertas mais sutis acerca de si mesma, pelo viés de novas experiências clínicas e abrangência de conceitos que melhor exemplifiquem e contextualizem a angústia dos analisandos.

Nessa perspectiva, psicanalistas absorvem a técnica de Freud, comungam com outros teóricos do assunto, como Lacan, e contribuem para o alargamento das práticas psicanalíticas. Desse modo, este trabalho visa abordar as contribuições de uma das primeiras mulheres a reconhecer as teorias freudianas e a elaborar fundamentos próprios na clínica psicanalítica infantil. Melanie Klein destacou-se por sua originalidade no que tange ao aprofundamento e reinterpretções de alguns conceitos freudianos acerca da pulsão de morte e do narcisismo. Em linhas gerais este artigo aborda as possibilidades exploradas por Klein e as bases de suas postulações, bem como o seu olhar crítico para com as demandas silenciadas pela ausência de técnicas coerentes com a fase infantil.

1. Vida e obra de Melanie Klein

Nascida em 30 de março de 1882, em Viena, Melanie Klein pertenceu a uma família de origem hebraica, cujo pai era médico-dentista e sua mãe dona-de-casa. Com a morte de dois de seus irmãos, o luto e a melancolia precoces foram-lhe conhecidos e influenciariam profundamente seu percurso teórico. Decidira cursar medicina, mas o seu projeto fora abandonado em função de seu casamento, aos 17 anos de idade, e o nascimento de três filhos.

Em 1914 faleceu sua mãe e a deixou em profundo desânimo e desespero. Aos seus 32 anos, após leitura do texto freudiano *A interpretação dos Sonhos*, teve o veemente interesse desperto pela psicanálise e começa sessões com Sandor Ferenczi, íntimo colaborador de Freud. A abordagem psicanalítica teve início para Klein quando Erich Klein, seu ultimogênito, demonstrou alguns sinais de inibição intelectual. Baseada nas teorias freudianas sobre o funcionamento do aparelho psíquico, ela experimentou a intervenção analítica no intento de compreender as causas da inibição e quiçá proporcionar-lhe a cura. A década de 30 lhe é marcada pela dor da morte de Hans Klein, seu segundo filho, em uma escalada nos Alpes e de total desestruturação de seu relacionamento com sua primogênita Melita. Em reposta a tal perda, Melanie escreve em 1935 *Uma contribuição para a psicogênese dos Estados Maníaco-Depressivos*.

Em 1919 ingressa na Sociedade Psicanalítica da Hungria e, em 1925, a convite de Ernest Jones,

muda-se para Londres, onde dois anos mais tarde é admitida como membro na Sociedade Britânica de Psicanálise. Em 1932, Klein publica seu primeiro livro *Psicanálise de Criança*, que atualmente ainda é referência para suas obras posteriores.

Divergências explícitas a alguns postulados freudianos, principalmente ao desenvolvimento psíquico da criança antes dos três anos de idade, resultaram em críticas ferrenhas a sua investigação psicanalítica. Nessa época, Klein era acusada por Ana Freud de não exercer a prática psicanalítica com seus analisandos. A partir de seu trabalho *Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco-depressivos*, diante da introdução de novos conceitos e explicações profundas acerca dos mesmos, a sociedade psicanalítica já reconhece o pensamento kleiniano. Winnicott, um dos seus analisandos e contestadores, admirou tal obra e descoberta a ponto de enunciar ter sido a mais importante após a descoberta do inconsciente.

Na obra *O luto e suas relações com os estados maníaco-depressivos*, publicada em 1940, abrange seus conceitos sobre depressão e afirma que a melancolia é a repetição daquela. Incluindo a depressão na dinâmica do Complexo de Édipo, postulado por Freud, Melanie Klein reconfigura a compreensão do superego infantil e aponta novas causas e fatores relacionados a alguns distúrbios edípicos. Publica, em 1957, *Inveja e Ingratidão*, onde trabalha a questão da inveja presente no bebê desde o nascimento e sua influência nas posições esquizoparanoides e depressivas. O tema “resistências ao tratamento psicanalítico” é também abordado nessa obra.

É inevitável que, ao apresentar as teorias de um pensador, exima-se de delatar sua vida. Vida e obra se confundem no decorrer do tempo, das fases e das experiências que contextualizam uma ideia, um conceito, um pensamento. No caso de Melanie Klein, biografias pautadas na seriedade, demonstram que a melancolia e a depressão foram essenciais para que a pensadora e pesquisadora Klein desenvolvesse suas ideias. O conhecimento é um trilho a ser percorrido tendo como guias a sensibilidade de observação, o distanciamento dos fatos e significação das experiências. É nítida a contribuição acadêmica para as formulações mais célebres no campo da ciência, todavia o certificado ou o pertencimento acadêmico não inibem a produção intelecto-científica. Melanie Klein, sem ter passado pelas bancas examinadoras acadêmicas, postulou conceitos profundos e colaborou significativamente para o saber psicanalítico.

2. Confronto com Anna Freud

A clínica psicanalítica voltada para crianças tem como base teorias de Anna Freud, bem como de Melanie Klein. Ambas se dedicaram à compreensão da relação entre a dimensão pulsional e os sintomas. As práticas psicanalíticas de Anna e Melanie começaram a se distanciar das técnicas freudianas no que diz respeito a negação, abrangência e/ou ressignificação de alguns conceitos. Conforme evidencia em sua obra *A interpretação dos sonhos* a proposição de tornar consciente o que é inconsciente, Freud apercebe-se de que, na insistência e na constância do sintoma haveria a presença de outro elemento a ser investigado. Concluiu então algo da ordem da pulsão. A definição de conceito presente em *A inibição, sintoma e angústia* é concebida como

(...) um sinal e um substituto de uma satisfação instintual que permaneceu em estado jacente; é uma consequência do processo de repressão. A repressão se processa a partir do ego quando este – pode ser por ordem do superego – se recusa a associar-se com uma catexia instintual que foi provocada no id (FREUD, vol. XX, p. 95).

Dessa forma o sintoma tem uma perspectiva da dimensão pulsional. A reformulação do conceito de sintoma fez com que Anna e Klein tivessem posturas divergentes quanto à orientação do tratamento psicanalítico.

Ante às demandas de desejo, como ego reagiria? Focando as funções do ego, Anna Freud realizou estudos importantes sobre os mecanismos de defesa do ego, tema que culminou na publicação, em 1936, de seu mais notável livro: *O ego e seus mecanismos de defesa*. Quanto ao tratamento psicanalítico com crianças, ela sugeriu que a terapia deveria manter-se inserida na dinâmica pedagógica. Conforme o caso do pequeno Hans, de Freud, Anna propôs que a manutenção da parceria entre pais e analista fosse imprescindível para proporcionar a relação transferencial positiva da criança.

Em síntese, para Anna, as crianças seriam incapazes de transferência e que o complexo de Édipo não deveria ser analisado tão profundamente devido à imaturidade do Superego. Enquanto que na análise no adulto, os conflitos relacionam-se à sua história e ao estratificado nas lembranças, nas crianças os conflitos relacionam-se a pessoas do mundo exterior que ainda não se encontram estabelecidas na memória. Anna Freud defendia cautela e abordagem pedagógica ao tratar crianças em consequências de as mesmas serem dotadas de imaturidade psíquica que as impedem de reverberar experiências e, portanto, resignificá-las pela fala. Para o analista, ela orienta a ter a postura de Ego-Ideal durante toda a análise. O psicanalista deve ser capaz de conduzir o relacionamento entre o ego da criança e seus instintos. Mais tarde, Anna Freud reconheceu as descobertas de Melanie Klein no campo transferencial na criança e estabeleceu interconexão entre a associação livre e a técnica dos jogos.

Para Melanie Klein, o bebê nasce imerso na posição esquizoparanóide caracterizada pela fragmentação do ego e pela divisão do objeto externo – mãe e seio. Fundamentada na fantasia, a clínica kleiniana assevera que a fantasia é inata no sujeito, pois são representantes dos instintos libidinais e agressivos, que estão em atividade desde o nascimento. Em suma, a transferência na análise com criança é estabelecida com o auxílio do brincar. O lúdico, correspondente direto da associação livre na análise com adultos, viabiliza a enunciação dos registros do inconsciente.

3. Postulados de Melanie Klein

Há tempos a ciência investiga o elo que justifique a evolução dos primatas para a raça humana. Transmutação no DNA, exigência de adaptação aos perigos e mudanças no *habitat* são algumas

teorias explicativas para o assunto, todavia exatidão comprobatória ainda inexistente. No campo da psique, a definição de inconsciente ainda é objeto para maiores esclarecimentos e aprofundamento. A problemática do inconsciente ainda é fato no saber psicanalítico, no entanto, diferentemente dos cientistas, Freud equipara o inconsciente ao elo perdido (missing link) e alega ser ele o intermediário entre o somático e psíquico. Ousado e observador cauteloso, Freud empreendeu o conceito e a manifestação da patologia por um viés divergente da medicina de sua época. O patológico e a normalidade perderiam os parâmetros conhecidos para serem absorvidos pela singularidade subjetiva. Para Freud, a partir da patologia é possível pensar a normalidade e então estabelecer as operações psíquicas de comunidades e até mesmo de povos. Conceitos fundamentais, como inconsciente e pulsão, referenciam o arcabouço teórico da psicanálise e impulsionam psicanalistas, em suas experiências clínicas, a contribuir para a compreensão do sofrer de cada época. Nessa perspectiva, Melanie Klein desenvolveu uma teia conceitual complexa sobre o tratamento com crianças e subsidiou material significativo à questão transferencial e o papel do psicanalista na clínica infantil.

A trajetória de Klein é marcada pelo seu interesse em tornar possíveis intervenções psicanalíticas em crianças. Corroborada a teoria de que o psiquismo da criança ainda estaria em fase de formação e desenvolvimento, cria-se a ideia de que a materialização do inconsciente da criança através da fala era impossível. No caso, as orientações aos pais, com base nos seus relatos, eram consideradas técnicas suficientes e corretas para o tratamento. Logo, por impossibilidade da criança em estabelecer relação transferencial com o analista, os pais se tornaram coadjuvantes na clínica infantil. Sandor Ferenczi pensou a relação estreita entre o psiquismo da criança e do adulto, todavia quais seriam as verdadeiras diferenças entre ambos os psiquismos? Se o inconsciente é, em uma de suas particulares características, atemporal, o que comprova a incapacidade da criança de reverberar o que nela já há? Ante a questões similares, Sandor se tornou o incentivador de Melanie Klein a construir a clínica com crianças e a confirmar a existência ou inexistência da possibilidade de transferência.

Um dos maiores desafios de Klein seria diminuir o grau de inibição da fala através de técnicas de estímulo de se comunicar sem receio de repressão. Ciente de que a clínica em si configura um elemento inibidor da fala, ela conjecturou introduzir o brincar. Os jogos teriam para a criança a mesma função do sonho, em que é possível a representação de distúrbios diversos e complexos aspectos da vida anímica sob a perspectiva do inconsciente. Postula Klein que quando a criança brinca ela descortina em ato seu universo contendo os objetos parciais, aqueles à disposição da criança a serem incluídos e usados na estruturação da fantasia. Conforme afirma Freud em sua obra específica sobre *A interpretação do sonho*, em 1900, o sonho tem como função principal a realização de desejos reprimidos quando em estado de vigília. Nesta obra Freud estruturou o sonho como sendo um mecanismo de transformações do conteúdo latente do sujeito, ou seja, ideias, impulsos e até mesmo desejos inconscientes, a fim de que os mesmos adentrem no plano do simbólico. Através do conteúdo manifesto nos sonhos é possível interpretar o inconsciente, tal como para Melanie em relação ao brincar com/das crianças. Ana Costa, em seu livro *Sonhos* afirmar que

Em relação ao desejo, não é simples tratar de sua função na psicanálise. Mas destaco dois elementos principais que estão em causa no sonhar: a referência temporal e a reconstituição da falta estrutural que permita a construção da fantasia (COSTA, 2006, p. 16).

Seguindo seu caminho na experiência clínica infantil, em seu artigo 'Inveja e Gratidão', Melanie Klein aborda o conceito de inveja e sua relação com a representação que a criança elabora da mãe. O bebê percebe a mãe dotada de completude, seio e pênis, e considera a si como faltosa. A etiologia da inveja se solidifica no sentimento de incompletude da criança diante da completude da mãe. A inveja liga-se diretamente à ideia de destrutividade e esta, por sua vez, direciona-se ao seio, a sua autossuficiência em ser e fazer. Contrapondo ao mesmo tempo o ato de ser o seio e ainda produzir o leite. Em suas considerações finais, Klein afirma ser a destruição o grande representante da pulsão de morte. Sendo assim, ela causaria uma ansiedade no ego e o estimularia a elaborar mecanismos de defesa. E como o bebê reage a esse sentimento de falta em si que origina a inveja do seio? Klein utiliza o substantivo voracidade para expressar o processo de introjeção do leite, o mamar traz consigo a destruição ou demasiada danificação ao seio, ao mesmo tempo que preenche temporariamente o vazio do bebê. Dessa forma, Klein se distancia do falo como objeto primário e seus representantes, legitimando ao seio tal papel.

Convém ressaltar que o aspecto de bom ou mau referentes ao objeto invejado não se aplica ao conceito dicotômico bom/mal. O ataque sob o comando da inveja é direcionado sempre ao que é bom, e a percepção do bom é subjetiva. Na clínica, quando o psicanalista é muito bom, pode ser alvo da incitação da inveja e de ataques provenientes dela pelo viés da depreciação, que tem como funcionalidade é tornar o bom em não tão bom.

Em contrapartida, pode haver o sentimento de gratidão ao seio, no sentido de que o bebê percebe que pode usufruir do que o seio tem de bom. Nessa perspectiva, a gratidão funciona como elemento de união entre o ego do bebê e sua mãe, fortalecendo e criando vínculos que possam diminuir o sentimento de inveja. Logo, para Melanie Klein oposto da inveja é gratidão.

No setting kleiniano há uma relação dual entre o psicanalista e o analisando em que, havendo uma interpretação percebida como muito boa, o analisando pode investir ataques de inveja, de depreciação sobre a figura do analista. Tal quadro poderia estagnar o tratamento, um impasse que impossibilitaria o progresso da análise.

O conceito de fantasia por Melanie é empreendido como a expressão psíquica do instinto, portanto considerada inata no sujeito. Ela se transforma conforme as experiências vividas influenciando e sendo influenciada pela maturação do ego. As relações com os objetos externos são mediadas pela fantasia e decorrentes dos mecanismos de introjeção e projeção. As fantasias, portanto, são compreendidas e defendidas por Klein como resultado da relação da criança com os primeiros objetos, tais como o seio da mãe, o pênis do pai. Tais relações objetais apresentam elementos somáticos e psíquicos, originando processos pré-conscientes e conscientes. Verifica-se então que as fantasias são originadas anteriormente ao estabelecimento do princípio de realidade.

Mas qual(ais) seria(m) a(s) função(ões) das fantasias inconscientes? Para Freud a fantasia abarca três níveis distintos. A fantasia consciente, por exemplo, o devaneio, representa uma situação que está no plano do querer, que pode ser proveniente de restos diurnos que retornam no sonho. Em contrapartida, a fantasia inconsciente situa-se no plano do não reverberável, inominável. Contudo, está inserido em uma lógica apta a exigir do sujeito uma representação pelo viés da formação de sintomas físicos e sofrimento psíquico. A fantasia inconsciente estaria inacessível sob a forma do desejo, no sentido de que esse desejo é dotado do desejo de continuar desejando o que está perdido, ou seja, impossível de ser reencontrado ou realizado. Para Freud, essas fantasias só se tornam acessíveis através da análise. Por último, as fantasias são enquadradas nos aspectos filogenéticos, que constituem as fantasias que são repetidas e transferidas de geração em geração e independe de qualquer concepção psíquica ontológica.

Em tentativa de responder à questão supracitada é necessário evidenciar que a fantasia exerce forte influência nas relações da criança com o mundo exterior, conforme a teorização de Klein. Para ela, as principais funções da fantasia se resumem em realizar desejos, negar fatos dolorosos, estabelecer segurança (ilusória ou não) com as catástrofes do mundo externo, reparar coisas ou situações e lidar com a onipresença. E, de forma simplista, para Lacan, a fantasia é responsável por instaurar o gozo fálico e mediar a relação entre o sujeito com o plano do real.

Ao longo da história da civilização, presente no inconsciente coletivo e universal, a tríade pai-mãe-filho orientou o observador e pensador cauteloso Sigmund Freud a elaborar uma das teorias pilares do saber psicanalítico: O Complexo de Édipo. Com respaldo no mito de Édipo, Freud estruturou conclusões provenientes das suas inúmeras experiências clínicas. Como produto de tais conclusões tem-se a configuração de uma fase de desenvolvimento conduzido pelas identificações complicadas referentes à sexualidade e seus afetos correlacionados, o desenvolvimento das instâncias psíquicas e as consequências do complexo de castração. O complexo edipiano de Freud tem como centro as interdições culturais e sociais, deslizando do campo antropológico e perpassando pela legislação social, do incesto. Em outras palavras, a proibição do incesto é a presença da lei personificada no sistema patriarcal de domínio. Corroborando Freud (1900, p. 271-272) o seguinte:

Seu destino nos comove porque poderia ser o nosso já que antes de nosso nascimento o Oráculo fulminou-nos com essa maldição [...]. A todos foi destinado dirigir o primeiro impulso sexual para nossa mãe e o nosso primeiro ódio e o nosso desejo violento contra nosso pai. Como Édipo, vivemos na ignorância desses desejos que ofendem a moral, desses desejos que a natureza forjou em nós.

Atualmente, baseadas nas teorias de plasticidade das relações humanas, conforme a teoria do mundo líquido do sociólogo polonês Zygmund Bauman, teria o complexo de Édipo se desconfigurado ou ter sido remodelada sua concepção? Indubitável é a contínua transformação, obsolescência ou abrangência de teorias e suas comprovações empíricas. O Complexo de Édipo, a

figura do Pai, na perspectiva lacaniana, como personificação da lei estariam isentos do caos e reformulação de diversos conceitos na sociedade pós-moderna de Zygmund? Subsequente ao complexo edipiano, a castração simbolizada tem como significante o pai, sendo ele mero agente da linguagem.

Convém lembrar que o presente artigo não intenciona abordar de forma minuciosa o complexo de Édipo ou quaisquer fundamentos psicanalíticos. Seu objeto de estudo são as contribuições de Melanie para a Psicanálise.

Pelo fato de as fases psicosssexuais se justaporem umas às outras e dificultarem a precisão de cada uma delas, conforme pensava Melanie Klein, ela reformulou as teorias da sexualidade e de seu desenvolvimento psíquico com base nas posições esquizoparanoide e depressiva, onde nesta a agressividade é evidenciada no ato destrutivo do seio, a voracidade como resultado dos impulsos de destruição, são dirigidos contra a pessoa amada, o que intensifica a ansiedade depressiva; naquela, o amor e o ódio, o bom e o mau são separados do seio e elevado ao nível de outros objetos externos. Em sua trajetória, Klein entendeu o Complexo de Édipo como presente na fase do desmame, por volta do segundo ano de vida, antecipando os conflitos edipianos que para Freud ocorreriam a partir do quarto ou quinto ano da criança. Outra controvérsia sutil de Klein em relação a Freud refere-se a formação do superego, enquanto para ele o superego é herança da resolução do complexo de Édipo, para Klein o superego se forma a partir do sentimento de culpa e de medo da castração presentes desde o início do complexo. No entanto, a maior distância de Melanie Klein e Freud apresenta-se quanto às percepções das imagens dos órgãos sexuais humanos. Freud e sua teoria do “pênis superior” e Klein e sua teoria da “vagina especial”.

A ansiedade inconsciente, tema de muito destaque na obra de Melanie, tem o seu nível aumentado na fase inicial do complexo de Édipo, resultantes das fantasias de ataque contra o corpo da mãe, o que produz uma representação (ímag) de uma mãe hostil, que separa, que castra. No menino, quando descoberto seu pênis e percebida sua diferenciação, a ansiedade de castração culmina no “complexo de feminilidade”, frustração em não possuir, como a mãe, o órgão especial que gera a vida. Subsequente a isso, o desejo é configurado em atitude de agressividade e desprezo à figura feminina, supervalorizando então o pênis. Já na menina, a ansiedade relaciona-se ao medo de ter seu interior invadido e atacado pela mãe ameaçadora surgindo, em seguida, o medo de perder o seu amor. Como resolução ou tentativa de resolução desses conflitos, o mecanismo de identificação passa atuar no incentivo às crianças a igualarem os órgãos que desejou destruir, como a vagina, o seio e o pênis, a outros objetos presentes no mundo que lhes possam ser equivalentes. Tais equivalências são pautados no simbolismo e de seu interesse em novos objetos.

Considerações finais

O saber circunda o conjunto de subjetividades e um novo saber se reconstrói. Desde a sua invenção, a partir dos anos 1900, a psicanálise é dinâmica e acompanha as transformações das demandas afetivas da sociedade. Mesmo em momentos de crise, o saber psicanalítico se renova. Tal dinamismo é injetado por descobertas ou ampliação de conceitos já enraizados. O psicanalista, fonte de experiências clínicas sempre singulares, e o analisando, com sua peculiar expressão e significação do sofrimento, são parceiros incondicionais para o movimento do saber psicanalítico. Melanie Klein, dentre outros, são vetores e protagonistas da teorização do sofrimento humano.

Com foco em crianças, dentre suas contribuições para a Psicanálise encontram-se a ampliação das técnicas de investigação psicanalíticas e melhor compreensão da relação afetiva com os objetos escolhidos. A transferência é admitida em crianças e a abordagem interpretativa tem novo horizonte. Consolida-se, portanto, a partir dos estudos de Klein, novo entendimento da realidade. O lugar do analista em sua teoria e o lugar da mãe que questiona ao filho: ‘o que é que você quer?’ Nesse momento, a criança é um ser desejante.

Referências

- COSTA, Ana. *Sonhos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos (I). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* – Vol. IV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, Sigmund. Inibições, sintomas e ansiedade. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* – Vol. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* – Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- MARCHIOLLI, Priscila Toscano de Oliveira; FULGENCIO, Leopoldo. O complexo de Édipo nas obras de Klein e Winnicott: comparações. *Rev. Ágora*, Rio de Janeiro, Vol. XVI, n.1, p. 105-118, jan/jun 2013.
- MIGUELEZ, Nora Beatriz Susmansky de. *Complexo de Édipo: novas psicopatologias, novas mulheres, novos homens*. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
- OLIVEIRA, Marcella Pereira de. *A fantasia em Melanie Klein e Lacan: diferenças e similaridades*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Florianópolis: UFSC, 2008.
- ZYGMUNT, Bauman. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

Melanie Klein's Theory of the Psychoanalytic Therapy with Infants

Abstract: This paper aims at emphasizing Melanie Klein's theory together with its influence on psychoanalytic therapy with infants. This article succinctly focuses on Kleinian main concepts, such as unconscious fantasy, envy and jealousy. Throughout the text, it is also possible to read her summarized biography. This article attempts to outline the fundamental principles of the theory.

Keywords: Psychoanalysis – Melanie Klein – Fantasy – Oedipus Complex

Da prova da materialidade nos crimes que deixam vestígio

Gian Miller Brandão – IPTAN

Mestre em Direito – Universidade Gama Filho/ RJ

E-mail: brandaogian@gmail.com

Fone: (32)3351-1519

Maurício Possa Lopes

Bacharel em Filosofia – UFSJ; em Direito – IPTAN

E-mail: mauricio.possa@bol.com.br

Marina Andrade de Sousa

Graduanda em Direito – IPTAN

E-mail: marinaandrade_2011@hotmail.com

Flaviane Canavez Alves

Graduanda em Direito – IPTAN

Data de recepção: 06/08/2015

Data de aprovação: 27/08/2015

Resumo: O presente artigo tem por objeto a análise dos arts. 158 e 167 do Código de Processo Penal, referentes aos crimes que deixam vestígio. O art. 158 dispõe que toda e qualquer infração que deixar vestígio, faz-se imprescindível o exame de corpo de delito a fim de comprovar a materialidade delitiva, não podendo ser ele suprido pela confissão do acusado. Por outro lado, o art. 167 possibilita o suprimento do exame de corpo de delito pela prova testemunhal, quando aquele for impossível. Ocorre que por não possuírem uma redação tão clara, há grande divergência doutrinária e jurisprudencial acerca da possibilidade de ser a prova técnica suprida por todos os outros meios de prova, e não apenas pela testemunhal, haja vista a ausência de hierarquia entre as provas em nosso ordenamento jurídico. Além disso, essa divergência encontra-se, também, no termo “não possível” do art. 167, que alguns entendem estender-se à negligência estatal e outros entendem apenas seu sentido literal, como nunca tendo sido possível. Frente a tais questionamentos, o artigo desenvolveu por meio da análise da legislação penal, da doutrina e da jurisprudência pátria, melhorando o entendimento da vontade do legislador ao redigir os mencionados artigos.

Palavras-chave: Crimes – Vestígios – Exame de Corpo de Delito – Suprimento – Prova testemunhal

Introdução

A prova da materialidade delitiva é requisito imprescindível da sentença penal condenatória. Logo, sua ausência acarreta a absolvição do acusado, haja vista o Princípio do *Favor Rei* que norteia o Direito Penal pátrio.

Nos crimes que deixam vestígio, a materialidade delitiva é comprovada mediante o Auto de Corpo de Delito, conforme disposto no art. 158 do CPP, sendo que não pode ser ele suprido nem mesmo pela confissão do acusado. Dessa forma, todo e qualquer crime que deixa vestígio exige a realização do exame de corpo de delito, seja em sua forma direta ou indireta.

O art. 167 do CPP, por seu turno, preceitua que quando se restar impossível a realização do exame de corpo de delito, poderá ser ele suprido pela prova testemunhal.

Ocorre que a redação dos mencionados dispositivos acaba por não ser tão clara, o que dificulta sua aplicação eficaz no caso concreto. Logo, doutrina e jurisprudência possuem entendimentos divergentes acerca dos arts. 158 e 167 do CPP.

Faz-se necessário, portanto, um estudo mais aprofundado dos dispositivos em questão, haja vista a insegurança jurídica gerada por interpretações equivocadas realizadas por nossos Tribunais. Assim, o presente trabalho foi desenvolvido com o intuito de analisar e interpretar os arts. 158 e 167 do CPP, tendo em vista a segurança jurídica, o Princípio do *Favor Rei* e as garantias constitucionais asseguradas ao processo penal. Frente a tais questionamentos, o artigo desenvolveu por meio da análise da legislação penal, da doutrina e da jurisprudência pátria, melhorando o entendimento da vontade do legislador ao redigir os mencionados artigos.

1. Provas nos crimes que deixam vestígio

Podemos dizer que provas, no direito processual brasileiro, são os indícios diretos ou indiretos, trazidos ao processo pelas partes ou por terceiro, que buscam a comprovação da existência ou inexistência da materialidade de determinado fato imputado ao réu. No tocante à finalidade das provas, nas palavras de Capez (2012, p. 361), “destina-se à formação da convicção do juiz acerca dos elementos essenciais para o deslinde da causa”.

Nosso Código de Processo Penal não estabelece uma hierarquia entre os diversos tipos de provas presentes em nosso ordenamento jurídico – testemunhal, documental, pericial, confissão etc.–, todavia, há determinadas situações nas quais o legislador exigiu a realização de determinado tipo de prova, a fim de assegurar uma maior segurança jurídica. É o que ocorre nos crimes que deixam vestígio, que exigem a realização da prova pericial, qual seja, o exame de corpo de delito, para prova da materialidade.

Aduz o art. 158 do CPP que “quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado”.

Como já mencionado, não há hierarquia entre as provas em nosso ordenamento jurídico, sendo a regra a liberdade probatória das partes. No entanto, o legislador, no dispositivo supramencionado, entendeu por bem a necessidade da realização do exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios, tanto que não poderá ser este suprido nem mesmo pela confissão do acusado e, regra geral, por nenhum outro meio de prova, salvo ressalva do art. 167 do CPP, em determinados casos, como será pontuado em tópico mais adiante.

Nesse diapasão, assevera Nucci (2013, p. 386):

Há delitos que deixam sinais aparentes de sua prática, como ocorre com o homicídio, uma vez que se pode visualizar o cadáver. Outros delitos não os deixam, tal como ocorre com o crime de ameaça, quando feita oralmente. Preocupa-se a lei com os crimes que deixam rastros passíveis de constatação e registro, obrigando-se, no campo das provas, à realização do exame de corpo de delito. Trata-se de uma prova imposta por lei (prova tarifada), de modo que não obedece à regra da ampla liberdade na produção das provas no processo criminal. Assim, não se realizando o exame determinado, pode ocorrer nulidade, nos termos do disposto no art. 564, III, *b*, do Código de Processo Penal.

Adda Pellegrini Grinover, Antonio Scarance Fernandes e Antonio Magalhães Gomes Filho (2001, p. 150) ressaltam a importância do exame de corpo de delito, ao doutrinarem que, “mesmo que a materialidade seja evidenciada diretamente por elemento constante dos autos (ex.: o próprio documento falsificado), não é possível prescindir-se do exame de corpo de delito”.

Como bem pontua Baradó (2012, p. 302):

A necessidade de um exame de corpo de delito como meio apto à comprovação da materialidade delitiva é limite epistemológico para a busca da verdade, fundado na premissa de que, sendo possível a produção de uma prova com melhor idoneidade e potencial cognitivo, não se pode aceitar uma prova menos qualificada. Trata-se do que o sistema de *common law* denomina a *bestevidence*.

Faz-se necessário, pois, frente à previsão legal do art. 158 do CPP, a realização de prova técnica (exame de corpo de delito) nos crimes que deixam vestígio. Sua relevância é tão grande que, frente à sua ausência, não poderá ser suprida pelas demais, além de possibilitar a ocorrência de nulidade processual absoluta, conforme art. 564, III, *b*, do CPP.

2. Corpo de delito

Como já visto, é imprescindível a realização do exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígio, sob pena de nulidade processual absoluta.

Os crimes que deixam vestígio, consequentemente, apresentam o corpo de delito que é composto pelos elementos materiais produzidos pela ação do autor. Merece destaque a conceituação feita por Baradó (2012, p. 302):

O corpo de delito é o conjunto dos elementos materiais deixados pelo crime. Do ponto de vista processual, o conceito de corpo de delito é tripartido em: (1) *corpus criminis*, que é a pessoa ou a coisa sobre a qual é praticado o crime; (2) *corpus instrumentorum*, que diz respeito à averiguação das coisas – objetos ou instrumentos – utilizadas pelo criminoso na prática delituosa; (3) *corpus probatorium*, concernente à constatação de todas as circunstâncias hábeis à reconstrução do crime investigado. Assim, por exemplo, no tocante ao corpo de delito, na espécie *corpus criminis*, tem-se no homicídio o cadáver; no crime de emissão de cheques sem fundo, o cheque; na lesão corporal, a ferida etc.

Assim, o corpo de delito possibilita a realização de perícia técnica especializada, denominada exame de corpo de delito, a fim de apurar os elementos essenciais à comprovação probatória da materialidade delituosa.

Ainda nas palavras do supramencionado doutrinador:

Já o exame de corpo de delito é um meio de prova pericial, destinado à apuração dos elementos físicos, materiais, da prática criminosa, mediante a sua constatação direta e documentação imediata (BADARÓ, 2012, p. 302).

O exame de corpo de delito deve ser realizado por “perito oficial, portador de diploma de curso superior”, conforme exigido pelo art. 159 do CPP. Não sendo possível a realização do exame de corpo de delito por perito oficial, poderá ser ele feito por “2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame”, de acordo com o art. 159, § 1º, do CPP.

Chioyenda *apud* Baradó (2012, p. 301), explica que os peritos

são pessoas chamadas a expor ao juiz não só as observações de seus sentidos e suas impressões pessoais sobre os fatos observados, senão também as induções que se devem tirar objetivamente dos fatos observados ou que lhes deem por existentes.

Se o exame de corpo de delito for realizado por perito não oficial, deverá esse prestar compromisso de bem e fielmente cumprir o encargo que lhe foi conferido (art. 159, § 2º, CPP). Já se for realizado por perito oficial, esse não precisará prestar o aludido compromisso em cada perícia que realizar, haja vista que o presta quando assume o cargo.

Assim, o perito deverá elaborar um laudo pericial oficial, “onde descreverão minuciosamente o que examinarem” (art. 160, CPP), denominado Auto de Corpo de Delito.

É bom pontuar que o exame de corpo de delito deverá ser realizado o mais breve possível, a fim de se evitar o desaparecimento dos vestígios causados pelo crime. Tanto é que o art. 161 do CPP estabelece que “o exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora”.

Nesse diapasão, doutrina Mougenot (2010, p. 372)

Em face do perigo de desaparecerem os vestígios materiais do crime, o exame de corpo de delito deve ser realizado o quanto antes. Nesse sentido, a lei processual permite que o exame seja feito em qualquer dia e a qualquer hora (art. 161 do Código de Processo Penal).

Por fim, o exame de corpo de delito poderá ser feito em sua forma direta ou indireta, a depender de como se apresente o corpo de delito, conforme se verá em tópico adiante.

2.1. Corpo de delito direto e corpo de delito indireto

O exame de corpo de delito pode ser realizado em sua forma direta ou indireta. A regra é o exame de corpo de delito direto, que deve ser realizado no próprio objeto/corpo do crime (ex.: no homicídio, o cadáver; nas lesões corporais, as lesões). Não sendo possível, porém, a realização do exame de corpo de delito direto, deverá ser feito o indireto, que consiste no exame das considerações apontadas, indiretamente, referentes ao crime (ex.: laudo médico da vítima de lesões corporais, quando não for mais possível o exame direto pelos peritos), que também deve ser elaborado por perito.

Nas palavras do doutrinador Avena (2009, p. 444):

Considera-se *direto* quando realizado pelo *expert* diante do vestígio deixado pela infração penal, como, por exemplo, a necropsia no cadáver. Por outro lado, o exame *indireto* é aquele realizado com base em informações verossímeis fornecidas aos peritos quando não dispuserem estes do vestígio deixado pelo delito, inviabilizando-se, assim, a perícia direta.

Ao contrário do exame de corpo de delito direto, o exame de corpo de delito indireto não irá recair sobre o corpo de delito propriamente dito, haja vista sua ausência ou sua frustração pelo autor, mas sim sobre dados ou vestígios indiretos do crime. Assim, deverá o perito proceder à elaboração do Auto de Corpo de Delito, indispensável nos crimes que deixam vestígio, baseando-se em todos os meios indiretos possíveis deixados pelo crime, como, por exemplo, imagens de câmera, ficha clínica do paciente, manchas no ambiente do crime etc. É então o exame de corpo de delito indireto, uma análise realizada pelo perito dos fatores “secundários” envolvidos no crime, ou seja, que não recaíram diretamente no corpo de delito.

Prefere-se, pois, o exame de corpo de delito direto, haja vista que tende a uma aproximação e conclusão do fato de maneira mais correta, uma vez que recai no próprio corpo de delito. Todavia, não sendo possível sua realização, poderá valer-se o perito do exame de corpo de delito indireto.

A necessidade de ser elaborado o Auto de Corpo de Delito, seja direto ou indireto, nos crimes que deixam vestígio, advém do disposto no art. 158 do CPP, que exige a perícia técnica. Logo, não é possível o suprimento dessa pelos demais tipos de provas presentes em nosso ordenamento jurídico, haja vista a imposição do legislador, salvo a ressalva do art. 167 do mesmo diploma.

Nesse ponto, em relação ao art. 167 do CPP, faz-se necessária atenção em relação à prova testemunhal e ao exame de corpo de delito indireto, bastante controversa na doutrina. Esta subdivide-se nos entendimentos de que a prova testemunhal é uma forma de exame de corpo de delito indireto, e de que prova testemunhal e exame de corpo de delito indireto são coisas distintas.

Não podemos confundir prova testemunhal com exame de corpo de delito indireto. Neste, como já mencionado, o que temos é um laudo técnico, denominado Auto de Corpo de Delito, elaborado por perito “com base em informações verossímeis fornecidas” (AVENA, 2009, p. 444). Já a prova testemunhal é aquela realizada durante o trâmite processual na presença do juiz, não havendo a presença do Auto de Corpo de Delito.

Nesse diapasão, assevera Avena (2009, p. 444):

No exame indireto há um laudo, firmado por peritos. Diferente é a situação de suprimento da perícia com base em testemunhas que vierem a prestar depoimento em juízo a respeito do vestígio do crime que tenham presenciado, caso em que estará não diante de uma prova pericial indireta, mas sim de uma prova testemunhal.

Como bem exemplifica, ainda, o mencionado autor, no caso de comparecer uma testemunha perante o perito, a fim de narrar sua percepção do crime de lesões corporais que presenciou, auxiliando-o com sua narração na elaboração do Auto de Corpo de Delito, e frente ao quadro apresentado pela vítima, tem-se uma hipótese de exame de corpo de delito indireto.

Por outro lado, comparecendo essa mesma testemunha frente ao magistrado, no decorrer do

trâmite processual, a fim de narrar sua percepção do mesmo crime, estaremos diante da hipótese de prova testemunhal, como fundamento para comprovação da materialidade.

Por fim, Tornaghi *apud* Avena (2009, p. 445), mencionado por Tourinho Filho, ensina que “o exame indireto não é propriamente exame, e sim o raciocínio e mesmo as experiências dos peritos baseados no que dizem as testemunhas (e acrescentamos: ou qualquer outro elemento de prova)”. Mas, ainda assim, é uma prova pericial.

3. Impossibilidade do exame de corpo de delito

Como pontuado até agora, para prova da materialidade, todo e qualquer crime que deixa vestígio faz-se necessária a realização do exame de corpo de delito, direto ou indireto, a fim de comprovar sua materialidade. O problema ocorre quando não é possível a realização da referente prova técnica.

O art. 167 do CPP, aduz que “não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta”. Assim, permite-se o suprimento da prova técnica pela prova testemunhal apenas, e somente, se for impossível a realização da primeira. É o que fora defendido por um dos autores do presente artigo, em trabalho passado:

Ao depararmos com o termo *impossível*, ao menos a princípio, deve ser ele entendido como possível a prova da materialidade pela prova testemunhal apenas quando não há possibilidade de se realizar o exame pericial. Ou seja, ainda que haja prova testemunhal, caso seja possível ao Estado a realização da prova técnica, esta será indispensável (BRANDÃO, 2013, p. 12).

É relevante a observação de que apenas a prova testemunhal poderá vir a suprir a prova técnica, quando for esta impossível, de acordo com o art. 167 do CPP. Corroborando ainda com a exclusividade da prova testemunhal para o suprimento da prova técnica, o art. 158, do mesmo diploma, dispõe que não poderá a confissão do acusado suprir a prova pericial.

Nesse diapasão, ensina Baradó (2012, p. 304):

O CPP estabelece uma ordem de sucessão quanto aos meios de prova da materialidade delitiva e uma regra de exclusão. Em regra, realiza-se o exame de corpo de delito direto. Não sendo este possível, por ter desaparecido o corpo de delito, mas havendo outros dados que possam ser analisados pelos peritos, realiza-se o exame de corpo de delito indireto. Por último, não sendo possível o exame de corpo de delito direto, nem o exame de corpo de delito indireto, a prova testemunhal poderá comprovar a materialidade delitiva. De outro lado, em nenhuma hipótese, a prova da materialidade delitiva poderá ser feita por meio da confissão.

Reforçando de forma categórica o estudo e análise dos mencionados artigos, ainda deve ser observado o seguinte:

Assevere-se, ainda, que a lei foi categórica ao afirmar que somente a prova testemunhal será capaz de substituir a pericial, não sendo admitida nenhuma outra espécie de prova para comprovação da materialidade. Se assim não fosse, temos certeza de que o legislador teria colocado qualquer tipo de prova e não apenas a testemunhal. E ainda há de ser lembrado que nem mesmo a confissão do acusado pode ser utilizada como prova da materialidade do delito, demonstrando, ainda mais, que somente a prova testemunhal é capaz de substituir o Auto de Corpo de Delito (BRANDÃO, 2013, p. 12).

É bom observarmos que o dispositivo em questão se refere à impossibilidade da realização da prova técnica. Ou seja, será admitida outra prova que não a técnica quando o corpo de delito é destruído, seja por evento natural ou mesmo pelo autor, o que acarreta a impossibilidade de se realizar o Auto de Corpo de Delito, essencial nos crimes que deixam vestígio.

Por outro lado, não há que se falar em impossibilidade quando há o corpo de delito e este torna-se ineficaz para a elaboração do Auto de Corpo de Delito, devido à negligência ou burocracia do Estado.

Avena (2009, p. 448), doutrina que,

Em termos legais, não há, no Código de Processo Penal, exceções. Doutrinariamente e em nível de jurisprudência, contudo, estabelecem-se algumas situações nas quais não seria possível o suprimento da perícia. Um primeiro exemplo de impossibilidade de suprimento ocorre quando o desaparecimento do vestígio tenha ocorrido por *culpa* (“*lato sensu*”) atribuída ao Estado, *v.g.*, o desaparecimento da droga apreendida por agentes policiais, inviabilizando-se a constatação da natureza entorpecente.

Ainda nesse sentido:

Por isso, caso não tenha sido realizada a prova pericial por qualquer motivo que não a impossibilidade efetiva, impossível será comprovar a materialidade do delito. Assim, se as lesões provocadas em alguém desaparecerem em virtude do longo tempo entre a prática das lesões e o exame pericial, não se admitirá a prova testemunhal como prova da existência de tais lesões (BRANDÃO, 2013, p. 12).

Inferese, portanto, que o legislador, ao permitir o suprimento da prova técnica pela prova testemunhal, no caso de ser impossível a primeira, visou a possibilidade de o acusado possuir um julgamento dentro dos parâmetros legais, evitando o cometimento de equívocos por parte do Estado-juiz.

Dessa forma, não poderia ser mais equívocado o entendimento de que a impossibilidade trazida pelo art. 167 do CPP seja sinônimo de desídia do Estado, ou até mesmo burocracia. Se assim fosse, estaríamos diante de enorme injustiça, haja vista o acusado se ver em uma situação agravada por incompetência estatal.

Por fim, nesse diapasão, ainda nas palavras do coautor supramencionado:

Para nós, a interpretação da referida norma deve ser feita de maneira teleológica, para que se evitem julgamentos injustos. Ora, onde o art. 167 do CPP diz *impossível*, entendemos que o exame pericial e o auto não podem ser realizados de forma alguma, sendo certo que se a causa da impossibilidade se der por desídia do Estado, claro que não estamos falando de impossibilidade, e sim em negligência estatal, que nunca poderá ser considerada contra o réu (BRANDÃO, 2013, p. 12).

Observa-se então que o termo “impossível” do art. 167 do CPP, não se confunde com desídia estatal, haja vista a grande injustiça que se veria o acusado ao ser julgado.

4. A sentença e a falta de ACD nos crimes que deixam vestígios

Nas palavras de Capez (2012, p. 529), sentença, em sentido estrito, “é a decisão definitiva que o juiz profere solucionando a causa. Melhor dizendo, é o ato pelo qual o juiz encerra o processo no primeiro grau de jurisdição, bem como seu respectivo ofício”. É, portanto, o ato pelo qual o Juiz profere sua decisão acerca daquele determinado conflito, podendo ser condenatória ou absolutória.

É elemento indispensável na sentença penal condenatória a prova da materialidade do crime, e, por sua vez, na sentença penal absolutória, sua ausência. Dessa forma, tanto em uma sentença quanto na outra, necessária é a análise pelos magistrados da chamada “materialidade delitiva”, vez que sua presença pesa para a condenação do acusado e sua ausência acarreta a absolvição deste.

Como já abordado no presente trabalho, no caso dos crimes que deixam vestígio, é por meio do ACD, e apenas deste, que se prova a materialidade do crime. Assim, a impossibilidade de ser realizada a prova técnica leva à ausência da materialidade delitiva e, conseqüentemente, à absolvição do acusado, claro, ressalvada a exceção do art. 167 do CPP.

Conforme já discorrido, é possível o suprimento da prova técnica pela prova testemunhal, única e exclusivamente, no caso de ser impossível a realização da primeira. Logo, podemos inferir que é possível uma sentença penal condenatória sem o ACD, no caso de crime que deixa vestígios, apenas neste caso.

Importante ressaltar que essa possibilidade de haver uma sentença penal condenatória sem o ACD, é apenas nos casos de impossibilidade de se realizar a prova técnica. Assim, não sendo possível a realização da prova técnica devido à desídia estatal – negligência – não há que se falar

em sentença penal condenatória, caso em que deverá ser o réu absolvido, haja vista que, como já vimos, nesse caso não é possível o suprimento da prova técnica pela testemunhal, uma vez que a impossibilidade de se atestar a materialidade delitiva se deu por culpa exclusiva do Estado.

Nesse diapasão, assim já fora escrito:

Assim sendo, o que se conclui é que quando possível a realização do ACD no objeto do delito, ainda que em sua forma indireta, esta é a única prova possível para comprovar a existência do delito. E somente quando impossível a realização de tal autor é que poder-se-á utilizar a prova testemunhal em substituição, para a prova da materialidade, já que o art. 167 do CPP é claro em dizer que somente a prova testemunhal substituirá a prova técnica na impossibilidade de esta se realizar, não se admitindo outra prova que não essa para prova da materialidade do delito. Assevere-se, ainda, que a *impossibilidade* de realização do exame pericial não pode ser confundida com o atraso ou a desídia do Estado em realizar os exames necessários [...] (BRANDÃO, 2013, p. 12).

Infelizmente, entretanto, a jurisprudência de nossos Tribunais está em sentido oposto à lei, à doutrina e, principalmente, ao Princípio do *Favor Rei*, que consiste na predominância do direito de liberdade do acusado, frente ao direito de punir do Estado.

O entendimento dos Tribunais é no sentido de que pode haver o suprimento da prova técnica por qualquer outro meio de prova previsto em nosso ordenamento jurídico. Além disso, entendem que é possível o suprimento da mencionada prova, ainda que esta tenha sido frustrada pelo Estado. Vejamos:

EMENTA: RECURSO ESPECIAL – TENTATIVA DE HOMICÍDIO – PROVA DE MATERIALIDADE – INEXISTÊNCIA DA FALTA DO EXAME DE CORPO DE DELITO – POSSIBILIDADE. A inexistência de laudo de exame de corpo de delito, não é causa de anulabilidade do processo quando não mais subsiste o sistema da prova legal e vigente o princípio do livre convencimento. Restando suficientemente provada a autoria, por confissão expressa e exuberante prova testemunhal, e a materialidade seguramente positivada pelas informações hospitalares, a falta ou defeito no uso do auto, não dá lugar à anulabilidade do processo, eis que o magistrado, *in casu*, teve condições outras de declarar provado o crime. Recurso especial não conhecido” (RHC 20405/RJ, Rel. Min. Cid Flaquer Scartezzini, DJ de 10.5.1993, p. 8643 - STJ).

APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL. ART. 129 DO CP. PROVA DA MATERIALIDADE. AUSÊNCIA DE EXAME DE CORPO DELITO. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. ISENÇÃO DE CUSTAS. – Ainda que ausente o exame de corpo de delito, é possível a comprovação da materialidade por outros meios de provas, especialmente pela ficha de atendimento médico da vítima e pela prova oral produzida. – Comprovada a autoria e a materialidade, a condenação

é medida que se impõe. - Isenta-se o réu do pagamento das custas e despesas processuais, com base no art. 10 da Lei Estadual no 14.939/03.

(TJ-MG – APR: 10338120016419001 MG, Relator: Catta Preta, Data de Julgamento: 04/09/2014, Câmaras Criminais / 2ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 15/09/2014).

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO – EXCESSO DE FUNDAMENTAÇÃO – INOCORRÊNCIA – AUSÊNCIA DE EXAME DE CORPO DELITO – PRESCINDIBILIDADE – DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL – INADMISSIBILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. – 1. Constatado que a decisão de pronúncia não padece de excesso de fundamentação, tão pouco contém linguagem inadequada, capaz de, futuramente, influenciar os Jurados, não há que se falar em violação ao art. 413 do CPP. 2. A materialidade do crime de homicídio tentado pode ser comprovada por outros meios de prova, que não seja o exame pericial de corpo delito, como na espécie. 3. Presentes a prova da materialidade do delito e contundentes indícios de sua autoria, não restando comprovada, por outro lado, a ausência de animus necandi na conduta, imperiosa a manutenção da pronúncia, para que a causa seja submetida ao Tribunal do Júri, juiz natural dos crimes dolosos contra a vida, por força de mandamento constitucional.

(TJ-MG – Recém Sentido Estrito: 10582080082453001 MG, Relator: Eduardo Machado, Data de Julgamento: 06/05/2014, Câmaras Criminais / 5ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 12/05/2014).

Observa-se, pois, que os argumentos dos Tribunais se baseiam única e exclusivamente no Princípio do Livre Convencimento do Juiz. Ignora o Estado-juiz a interpretação conjunta de todos os dispositivos e regras legais, quais sejam, no presente caso, os arts. 158, 167 e 564, III, *b*, do CPP, e o Princípio do *Favor Rei*.

Essas interpretações, a nosso ver, equivocadas, realizadas pelos Tribunais, trazem enorme insegurança jurídica ao jurisdicionado, vez que não são respeitados os Princípios do Estado de Inocência e do *Favor Rei*. Além disso, ao acusado são assegurados direitos e garantias constitucionais a fim de se alcançar um julgamento justo, porém, ao interpretar a lei penal além de seu sentido, o Estado-juiz os desconsideram.

Nesse sentido, leciona Brandão (2013, p. 12):

Ao se admitir que em qualquer caso pode ser utilizada a prova testemunhal para a prova do alegado, está-se, na verdade, falando que o Auto de Corpo de Delito não é indispensável como previsto no artigo acima citado. O que se tem visto, pois, é

que a jurisprudência tem relativizado mandamento legal em total prejuízo ao réu, dando interpretação à norma processual contrária ao réu, mesmo, a nosso sentir, não havendo dúvida da interpretação, jogando por terro o princípio processual do *favor rei*.

É possível, pois, uma sentença penal condenatória sem o ACD apenas no caso de ser este impossível, desde que não obstado pelo Estado, e no caso de ser suprido pela prova testemunhal, apenas. Não sendo esse o caso, não há que se falar em condenação do acusado, haja vista a ausência de previsão legal e o Princípio do *Favor Rei*.

Considerações finais

Como destacado no decorrer do trabalho, o legislador foi claro ao permitir o suprimento da prova técnica apenas pela prova testemunhal, haja vista a redação clara do art. 167 do CPP. O que é corroborado pela redação do art. 158 do mesmo diploma, que veda, de maneira categórica, o suprimento da prova pericial pela confissão. Extraí-se, então, que se o legislador entendesse que o suprimento poderia se dar por qualquer outro meio de prova, teria destacado de maneira nítida e expressa, tal como a possibilidade do suprimento pela prova testemunhal.

Dessa forma, ainda que não haja no ordenamento penal brasileiro hierarquia entre as provas, o legislador entendeu por bem, a fim de assegurar uma maior segurança jurídica, a produção de determinado tipo de prova mais adequado àquela determinada situação. É o que ocorre com os crimes que deixam vestígio, os quais o legislador entendeu que a prova técnica é o meio mais eficaz a fim de comprovar a materialidade delitiva.

Ainda, o legislador previu esse suprimento apenas quando fosse impossível a realização do Auto de Corpo de Delito. Logo, o termo impossível deve ser interpretado em seu sentido estrito, como nunca tendo sido possível a produção da prova técnica devido à ausência do corpo de delito. Assim, se em qualquer momento houve a possibilidade de ser elaborado o Auto de Corpo de Delito e o Estado não o fez, por qualquer motivo que seja, não há que se falar em impossibilidade, mas sim em negligência estatal. Trata-se, pois, de uma questão de segurança jurídica tanto para o sistema penal brasileiro, quanto para a figura do acusado.

Infelizmente, em sentido contrário à vontade do legislador em firmar uma segurança jurídica durante o trâmite processual, a jurisprudência de nossos Tribunais vem trazendo interpretações de mandamentos legais equivocadas e prejudiciais ao acusado. Isso acarreta ao Poder Judiciário um “novo” poder de mudar as leis de acordo com sua conveniência, o que viola, de maneira categórica, os Princípios do *Favor Rei* e da Separação dos Poderes, haja vista a invasão do Judiciário no âmbito do Legislativo.

Dessa forma, deve o Judiciário proceder à interpretação dos arts. 167, 158 e 564, III, *b*, todos

do CPP, tendo por base o Princípio do *Favor Rei*, bem como o direito fundamental do acusado de ter um julgamento justo e legal, conforme disposto em nossa Constituição Federal. Por fim, além disso, deverão os magistrados se aterem à verdadeira intenção do legislador ao escrever os mencionados artigos, a fim de dar eficácia a eles em seu real sentido, e não de maneira deturpada como vem sendo visto.

Referências

- AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. *Processo Penal: esquematizado*. São Paulo: Método, 2009.
- BARADÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Processo Penal*. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2012.
- BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).
- BONFIM, Edilson Mougenot. *Curso de Processo Penal*. 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BRANDÃO, Gian Miller. *Da Invalidade da prova testemunhal para comprovação de materialidade em crime que deixa vestígio quando possível a realização de perícia*. Boletim IBCCRIM, v. 1, p. 12, 2013.
- CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal*. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *As Nulidades no Processo Penal*. 7 ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. *Direito processual penal esquematizado*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Comentado*. 12. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

The Evidence of Materiality in Crimes with Clues Left with the Victim

Abstract: The present paper aims at analysing the Articles 158 and 167 of the Criminal Procedure Code in crimes with clues left with the victim. According to the Article 158, it is necessary to have the forensic medical examination in order to prove the criminal materiality. It must be clear that it cannot be supplied by the confession of the culprit. On the other hand, the Article 167 enables the supply of the forensic medical examination by testimonial evidence, in case of any impossibility for the executor to perform the exam. It occurs that, due to the fact that the wording is not sufficiently clear on its own, there is a great doctrine, jurisprudential divergence with respect to the possibility for the technical evidence to be supplied by other evidences, not only by the testimonial one, considering the lack of hierarchy among evidences in our legal system. Besides that, there is also a divergence of views about the term “not possible” – Article 167. On this issue, some people refer to the state negligence, and some understand it in its literal sense, as never being possible. Facing such issues and by means of the penal law analysis, this article has been developed with the purpose of serving as a tool to help legislators better understand how to write such articles.

Keywords: Crimes – Clues – Forensic Medical Examination – Supply – Testimonial Evidence

RESENHAS

S a b e r e s
Interdisciplinares





Sobre Comunidade

José Mauricio de Carvalho – IPTAN

E-mail: josemauriciodecarvalho@gmail.com

Data de recepção: 19/07/2016

Data de aprovação: 10/05/2017

Resenha: BUBER, Martin. *Sobre Comunidade*. Introdução e seleção de Marcelo Dascal e Oscar Zimmermann. São Paulo, Perspectivas, 2008.

Este livro reúne sete ensaios de Martin Buber dedicados a questões sociais, onde ele contrapõe o conceito de comunidade à sociedade de massas. A segunda apresenta-se como evolução da primeira e é associada às dificuldades do homem contemporâneo.

No primeiro ensaio intitulado *Nova e antiga comunidade*, Buber não considera a sociedade histórica, o Estado, como evolução irreversível da primitiva comunidade humana como aponta Tönnies, mas como um modelo possível de ser resgatado. Sobre a finalidade da comunidade Buber explica que é responder aos desafios da vida. Afirma Buber(2008, p. 34): “A comunidade que imaginamos é somente uma expressão de transbordante anseio pela Vida em sua totalidade. Toda Vida nasce de comunidades e aspira a comunidades. A comunidade é o fim de toda vida.” Uma comunidade assim pensada não se destina a resolver assuntos econômicos ou utilitários, nem tem origem religiosa. Ele explica que as primeiras comunidades querem obter vantagens da associação. Uma comunidade é isenta de interesses. Sua raiz Buber encontra no mais íntimo do homem onde reside (BUBER, 2008, p. 36): “a mais antiga comunidade com o gênero humano e o cosmo”. Portanto, ao mergulhar em sua intimidade mais profunda, o homem encontra as bases para viver com os outros seres. A vida comum mais verdadeira, portanto, não é imposta de fora, ela nasce como exigência íntima. Porém, nem toda vida em sociedade se torna comunidade, isso somente ocorre quando for a vida profunda que conduz o grupo, mais do que as convenções e regras estabelecidas. Assim a nova comunidade que se busca está não aquém, mas além da vida social, pois ela ultrapassa as regras criadas pelo grupo. Chega-se, dessa forma conceber uma nova forma de revolução, onde não é preciso destruir as regras antigas para criar outras, (BUBER, 2008, p. 38): “mas viver coisas novas”, mesmo que em condições adversas. Nessa nova comunidade o que motivará os homens a viverem juntos não é a divisão de trabalho, ou interesses, mas o amor. O que alimenta a nova comunidade é a escolha e não mais o sangue, como foi nas primitivas comunidades.

O segundo texto é o prefácio que Buber escreveu para a coleção *Die Gesellschaft*, em 1905. A coleção contemplava diferentes aspectos da vida social, cientificamente conduzidos, sobre o que

ele denominava inter-humano. Acreditava abordar, assim, de forma completa os diversos aspectos da vida social. Inter-humano são (BUBER, 2008, p. 41): “as formas, estruturas, e ações da vida comunitária dos homens”. Inter-humano se refere, pois, àqueles aspectos da vida social onde o sujeito participa de forma impessoal, exercendo uma função. Uma sociedade como o atual funciona através dessas relações e estruturas. E o que são as estruturas inter-humanas? (BUBER, 2008, p. 42): “são manifestações objetivas da coletividade humana, os valores, os elementos de mediação espiritual e econômica, os responsáveis reais da produção, as criações comunitárias da cultura, todos os produtos da associação”. São, assim parece, os elementos constituintes do que veio a ser entendido como cultura. Cabe a Sociologia estudar as formas dessas relações, a Ética, a Economia, a Teoria do Estado e as estruturas da sociedade. Todas essas disciplinas se conectam à Psicologia, embora os meandros do psiquismo humano exija abordagem específica. Eis como o indivíduo se vincula ao grupo (BUBER, 2008, p. 43): “o social se forma por percepções e manifestações da vontade e desperta novas percepções e manifestações da vontade”. Explicado desse modo parte do processo é vivido pelo indivíduo no que Buber denomina psicossocial e outra parte não. A primeira contém as representações sociais, desejos e sentimentos e a outra as formas, estruturas e ações inter-humanas.

O terceiro texto denominado *Palavras à época* foi escrito depois da Iª Grande Guerra e revela mudanças na forma como Buber trata os assuntos sociais. Ele se revela, então, mais próximo do judaísmo e desencantado com a experiência socialista e as possibilidades do Estado Moderno. Na primeira parte do texto ele discute conceitos fundamentais e na segunda avalia a posição do sociólogo Ferdinand Tönnies, para quem a sociedade moderna é evolução irreversível das primitivas comunidades orgânicas. A primeira parte denominada *Princípios* apresenta conceitos importantes para o estudo das sociedades. O homem é apresentado como (p. 45): “criatura na qual a imagem divina da existência universal é realizada não como sonho (...), mas como dons naturais de que ele ambiciona desenvolver”. A terra é definida como (p. 46): “propriedade de Deus e, portanto, propriedade comum a todos”. O trabalho, por sua vez, é entendido como “culto à propriedade de Deus” (BUBER, 2008, p. 46), a ajuda é compreendida como “ação generosa e apaziguadora do homem com as criaturas e particularmente nobre e construtiva para com os homens”. Quanto ao espírito autêntico, ele explica, é aquele desejoso de Deus, não das fórmulas religiosas, organização eclesiástica ou estatal, mas do intento de construir comunidade. Comunidade é definida como (BUBER, 2008, p. 47): “união de homens em nome de Deus numa instância viva de sua realização” e a união dos diversos sistemas comunitários (BUBER, 2008, p. 48): “deve ser chamada de humanidade”.

A segunda parte desse terceiro texto tem por título *Comunidade*. O autor contrapõe as noções de Comunidade e Sociedade, sendo a primeira decorrente da vontade original do homem de viver junto e a sociedade (BUBER, 2008, p. 50): “expressão do desejo diferenciado de tirar vantagens, gerado por pensamento isolado da totalidade”. Os estudos da Sociologia moderna, notadamente os de Tönnies, entendem a Sociedade atual como evolução da comunidade primitiva no sentido da eficiência. Embora tenha assumido aparência orgânica é, na verdade, formado por uma massa. Para enfrentar a desagregação social moderna a tentativa ideológica construída nesse tempo histórico é o socialismo. No entanto, parece a Buber, que o estado socialista moderno não recupera, antes destrói a unidade primitiva ou necessária à vida comunitária. Seria esse caminho em direção à sociedade moderna um caminho inexorável da história humana, pergunta-se? O texto é uma tentativa de dizer

que não, embora não se trate de voltar atrás, mas de seguir em frente. Essa nova comunidade somente recuperaria os elementos da primitiva resgatando as relações no nível do Tu, que ele descreveu no livro *Eu - Tu*. Essas relações, em síntese, são as que com (BUBER, 2008, p. 53): “autêntico olhar encontra seu parceiro”. Se pudéssemos considerar um socialismo que aponta para a vida comunitária teria que ser um socialismo religioso, não ideológico e radicalmente diferente do que se desenvolveu no mundo moderno. Esse novo socialismo seria (BUBER, 2008, p. 54): “conduzido pela aspiração que sente toda a humanidade autêntica pela comunidade como manifestação de Deus”. A sociedade moderna, embora tenha a aparência orgânica, pela eficiência controlada pelo Estado, é semelhante a um organismo de células agonizantes. A Comunidade, ao contrário, é formada (BUBER, 2008, p. 56): “por pequenas comunidades vivas, por organismos celulares fortes em coexistência sem mediação, que entram em relação direta e vital, uns com os outros”. Para a constituição dessa Comunidade é necessário que os homens (BUBER, 2008, p. 57): “se despojem de muitas vantagens e privilégios particulares para o bem da Comunidade e tomem parte de sua economia comunitária”. Essa é uma forma de participação diferente da que vive o cidadão na República moderna (BUBER, 2008, p. 58), “sem vínculo e de modo fictício”. Parece a Buber que a noção de humanidade somente pode ser construída pela recuperação dessa noção de Comunidade. Essa Comunidade a ser construída não se faz sem o anseio por Deus. Explica (BUBER, 2008, p. 61): “Todo desejo de verdadeira aliança conduz a Deus, e todo desejo de Deus conduz à verdadeira comunidade”.

O quarto texto, elaborado em fevereiro de 1924, é intitulado *Estado e Comunidade* e examina estas duas realidades. Ele explica que estudar como esses conceitos se relacionam na Alemanha é emblemático de como as coisas se passam em outros povos. Ele comenta a diferença entre o modo como a juventude pensava o Estado no início da Primeira Grande Guerra e ao final dela. Evoluiu-se de um entusiasmo quase religioso que aproximava os dois conceitos para a compreensão da diferença entre eles. Explica Buber (2008, p. 65): “O Estado transformou-se hoje numa força coercitiva no seio da qual se nasce, e a qual se aceita - declaradamente ou não - devido à segurança quer externa, quer interna, que ele oferece”. E a mudança na compreensão do papel do Estado levou a juventude à revolta, pois o Estado não é objeto de amor. O distanciamento do Estado para com os cidadãos mostrava sua diferença para as primitivas comunidades (BUBER, 2008, p. 67): “onde o indivíduo estava envolto numa legalidade religiosa quase indestrutível”. A mudança de compreensão do papel do Estado provocou o desespero ou desencanto da juventude. O desespero revelava como se iludira a juventude que esperou do Estado o que ele não podia dar. E por que não se pode construir o Estado como uma Comunidade? Por que Ele não se tornou objeto de devoção? Explica Buber (BUBER, 2008, p. 69): “não havia mais lugar para a construção de um Estado à maneira de uma Igreja”. E não havia porque (BUBER, 2008, p. 69.): “a Igreja já não existe mais, naquele sentido de realidade e vida”. Uma Comunidade somente surge se as relações entre seus membros for de verdadeira vida. Uma Comunidade necessita de um centro dinâmico, ao qual seus membros se ligam como os raios de um círculo. Então avalia Buber, temos Estados favoráveis e não favoráveis a evolução em direção à Comunidade, conforme favoreçam ou não as autênticas relações entre os homens. Quando o homem que possui vida autêntica ele decide todos os dias o que poderá realizar, até onde poderá ir. Daí a compreensão de comunidade (BUBER, 2008, p. 74): “como a que se baseia na vida comum dos homens”. Quanto ao insucesso da Revolução Socialista da Rússia, Buber avalia que a razão era que os soviets não tinham vida verdadeira e que o processo político era comandado (BUBER, 2008,

p. 76): “por uma minoria, amorfa, indefinida, uma minoria do partido” que pretendia ser maioria. Portanto, o centralismo do Estado (BUBER, 2008, p. 77): “é ineficaz e falacioso se não estabelecer autênticas e vivas comunidades”. E a juventude alemã não conseguira realizar o que sonhara porque não havia relação positiva com as realidades comunitárias. O mal do Estado nasce das relações superficiais entre seus membros. As relações verdadeiras, ao contrário, não são superficiais e exigem responsabilidade pelo outro naquele sentido de relacionamento sintetizado por Eu-Tu.

O quinto texto intitulado *Educação para a Comunidade* é uma palestra que foi proferida em abril de 1929. Nela Buber explica que a educação para a Comunidade é educação para a convivência. Uma educação dessa natureza reconhece o outro como um Tu, isto é, alguém que é totalidade, um mundo da linguagem fenomenológica. Relações nesse nível são aquelas concretamente realizadas entre as pessoas e se estabelecem no âmbito da moralidade. Buber explica o que isso significa, mesmo sem denominá-las de éticas, apresenta-as como aquelas relações (BUBER, 2008, p. 88): “em que um homem não seja um meio para outros conseguirem um fim, que um não use o outro, mas que o considere um ser vivo que está diante dele”. Não é difícil enxergar nessas palavras do filósofo o imperativo categórico de Kant. O autor afirma que o Estado alemão não é um espaço comunitário, embora os jovens que foram a Guerra em 1914 tivessem essa ilusão. E ele acrescenta que Comunidade (BUBER, 2008, p. 85): “abrange toda a vida, toda a existência natural do homem, não excluindo nada dela”. Um grupo à parte da vida mesma não é Comunidade. Afirma em seguida: uma educação para a Comunidade se faz nela. E como se promove tal educação? Buber a resume em cinco pontos: 1. a educação onde os professores formam Comunidade entre eles; 2. onde a relação entre professores e alunos tenham esse mesmo espírito comunitário; 3. onde exista interação entre alunos de diferentes idades; 4. em que também exista interação entre os sexos e, finalmente, 5. onde haja a relação entre escola e lar. Um bom exemplo dessa aproximação entre escola e lar era o chamado Conselho de pais, que Buber via funcionar na educação pública alemã. Quanto aos conteúdos eles também seriam ministrados de um modo novo. A História, por exemplo, mais que a ênfase nas guerras entre os povos devia enfatizar as comunidades construídas pelo homem. Se fosse para falar de batalha a que importa era (BUBER, 2008, p. 98): “a batalha empreendida pela humanidade para se tornar uma comunidade”. O ensino de línguas, por sua vez, devia focar as ligações entre elas e as relações humanas. Nenhuma Comunidade pode se formar sem essa atenção para com os jovens e sem cuidar das relações entre seus membros. O grande desafio do seu tempo é que a sociedade de massas passava a errônea impressão de que os indivíduos eram membros de uma Comunidade quando verdadeiramente não eram. E a superação da sociedade de massas era a tarefa a ser realizada para fazer surgir a nova Comunidade.

O sexto texto é uma conferência pronunciada em janeiro de 1931 denominada *Indivíduo e Pessoa - Massa e Comunidade*. Nela Buber contrapõe e diferencia os quatro conceitos. Ele começa narrando uma observação, no microscópio, de uma pequena parcela do coração de um feto de galinha de cinco dias. E essa minúscula parcela do coração da ave tinha um movimento, não como o do batimento do coração, mas ainda assim um movimento. Esse fato o levou a refletir sobre os problemas que surgem quando um indivíduo é afastado da Comunidade. Ao pensar a condição de um indivíduo, Buber esclarece que não era uma realidade que pudesse ser estudada pela ciência, ou que (BUBER, 2008, p. 105): “não pode ser deduzida de nenhum método científico”. Sua referência ao indivíduo o aproxima

do que a fenomenologia existencial nomeia de mundo do existente, como se nota no texto que se segue (BUBER, 2008, p. 105): “Tendo compilado tudo isso, não poderíamos dizer simplesmente nada sobre o segredo deste determinado ser que vive aqui conosco, neste lugar da terra, entre este e aquele momento do tempo. Este segredo permaneceria intato ao nosso procedimento. Este indivíduo é a própria incompreensibilidade, essa resistência ao conhecimento da existência, da unidade de cada um de nós”. Apesar do mistério representado pelo mundo de cada indivíduo, a individualidade não revelava a personalidade. A personalidade, melhor seria dizer a condição de pessoa, somente se forma na relação com os outros. Então esse mundo de cada um só se completa na intersubjetiva, ele explica (BUBER, 2008, p. 107): “Digo este ...mundo e tu, é isso o que constrói a personalidade”. Portanto, a personalidade se entende pela relação e não pelo isolamento do indivíduo. Quanto à distinção entre Massa e Comunidade ela reside na unidade da vida que caracteriza a segunda. Massa é multidão de desagregados (BUBER, 2008, p. 109): “massa é especificamente uma necessidade, uma multiplicidade de homens” e adiante completa (ibid.): “a massa aspira por algo que está em devir, massa não é algo permanente, massa é algo carente. A vida da massa está no movimento dessa carência”. Se é um processo significa que massa é movimento, ou melhor, transição entre a Comunidade primitiva e a nova que ainda não se definiu na História. E como o indivíduo se relaciona com a massa? Ele é conduzido por ela. E quanto a pessoa, como é a relação? A pessoa não é conduzida. Ela não pode se afastar da realidade onde vive, mas tem nela um papel diferente do que tem o indivíduo. Explica o autor (BUBER, 2008, p. 111): “se este homem renuncia a essa individualidade e se apresenta diante da massa, ele só pode fazer isso na medida em que se entrega a ela sem, no entanto, render-se a ela, na medida em que a ajuda, a defende e ao mesmo tempo a domina”. Pessoa tem, portanto, esse compromisso de mudar o espaço social em que vive desde dentro. O fundamental para fazer isso é estabelecer relações no nível do Tu, que são acima daquelas que se observa no dia a dia (BUBER, 2008, p. 112): “no trabalho, negócios, sindicato, agremiação ou partido”. Note-se que essas relações no nível do Tu somente se dão na concretude da existência, no aqui e agora do sujeito situado, conforme esclarece (BUBER, 2008, p. 114): “Construa aqui e agora o que deve ser construído e se não se construir agora, através da vida dos homens, então nenhuma construção será correta”. Está nessa explicação fenomenológica existencial a raiz de uma crítica ao projeto de sociedade socialista moderna. Não se justifica um paraíso futuro construído sobre o mal, em qualquer de suas formas. A pessoa precisará ajudar a massa a buscar mais que a simples redução na jornada de trabalho, deveras infeliz, mas longe de ser seu maior problema. Seu problema reside no dilaceramento do tempo de um trabalho desumano. Então (BUBER, 2008, p. 115): “o homem como pessoa que se dedica à massa pode construir com isso mais intensamente do que qualquer um que simplesmente se engolfe na massa”. Relações pessoais são necessárias para fazer surgir um homem capaz de viver a facticidade da existência.

O texto final é uma palestra pronunciada em julho de 1947, portanto após a Segunda Grande Guerra e o único deste livro elaborado quando ele já morava na Palestina. O título foi *Individualismo e Coletivismo*, embora o que ele pretendesse fosse ir além dos dois conceitos porque essa lhe parece falsa alternativa. Ele explica (BUBER, 2008, p. 122): “trata-se de mostrar que estes ismos são uma ficção e que devem ser confrontados com a realidade, a realidade humana atual”. Considerado o homem como espaço do ser, no sentido da analítica existencial de Heidegger, a consequência é singular (BUBER, 2008, p. 122): “a tarefa do homem e do mundo, a saber, é tornar-se indivíduo,

intensamente e com toda a força.” E essa tarefa somente pode se realizar no espaço social, pois o homem não pode viver fora da sociedade. Quanto as relações sociais, as autênticas são aquelas feitas na condição de pessoa, onde é possível ser solitário e ao mesmo tempo manter vínculos com as demais. A alternativa que ele quer propor é (BUBER, 2008, p. 123): “homem com o homem é o terceiro elemento. Não mais um ismo, mas a realidade humana”. Trata-se de alternativa ao que existia naquele momento (BUBER, 2008, p. 125): “o primeiro, o individualismo, produto da imaginação, o segundo, o coletivismo produto da ilusão, são estes dois ismos vistos a partir da situação.” E tais equívocos nasciam numa sociedade de massas, que Buber agora caracteriza em termos orteguianos (BUBER, 2008, p. 125): “Há um enorme aparato que funciona de modo confiável, que proporciona aquilo de que o homem necessita, vale dizer, este não precisa mais responsabilizar-se nem por si próprio, nem pelo ser, nem pelos entes. Tudo será feito para ele, ele só deve oferecer-se, nada mais”. E quanto à base das relações, necessária à vida autêntica, Buber coloca no diálogo. Diálogo que é um encontro entre pessoas nos termos do Eu - Tu, pois não se dá (BUBER, 2008, p. 127): “na esfera fática, nem física, nem psicológica, e que é muito difícil de ser determinada”. Esse diálogo esclarece (BUBER, 2008, p. 127): “acontece na esfera específica do entre que utiliza as circunstâncias espaço-temporais e as inclui”. Esfera que expressa como em Ortega (BUBER, 2008, p. 127) “na vida mesma”.

Os sete textos que compõem este livro estão distanciados de mais de quarenta anos. Eles mostram a evolução de Buber nos estudos sociais e sua insistência em certos conceitos fundamentais. Destaque-se sua crença fundamental, presente em todos os textos, de que as relações humanas mais significativas são as que incluem a intimidade e a proximidade, daí suas referências à família e a aldeia como sendo os espaços humanos mais representativos da Comunidade, notando-se que Comunidade não se limita aos laços de sangue. Proximidade e intimidade contam mais para a Comunidade.

Os textos estão, pois, relacionados à questão social e muitos focam a relação entre o Indivíduo e a Comunidade. Essa é a questão fundamental que o culturalismo brasileiro, na esteira da Escola de Baden, herdou do idealismo alemão. Buber lhe dá tratamento próprio, mas não se pode perder as referências fundamentais das filosofias da vida e da fenomenologia existencial. Nessas teorias ele encontra os problemas e temas que o fazem pensar: homem situado, concretamente vivendo num espaço e tempo determinados, mundo singular de cada indivíduo que se completa nas relações intersubjetivas, pessoa concebida em termos éticos ou relacionais contra o indivíduo tratado isoladamente, desafio social resumido na noção de massa, massa entendida como agregado de indivíduos sem responsabilidade ética.

A problemática das massas aparece em Ortega y Gasset na chamada segunda navegação. Segunda navegação é o período em que o filósofo desenvolve a noção de razão histórica, desenvolvida com a leitura de Ser e Tempo, de Heidegger. Na sociedade de massas Ortega enxerga os elementos da crise de humanidade que se iniciou no século passado. Essa coincidência temática não é obra do acaso, ambos sofreram influência de Dilthey e Nietzsche, ou das chamadas filosofias da vida e da fenomenologia existencial, embora Martin Buber também tivesse outras influências como a mística judaica e do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, de quem Buber retira a distinção entre a Sociedade e a Comunidade.

Malagrida: o último supliciado pelo fogo

Adelto Rodrigues Gonçalves – UNIP
Doutor em Literatura Portuguesa – USP
E-mail: marilizadelto@uol.com.br

Data de chegada: 13/11/2013
Data de aprovação: 20/03/2014

PIRES, Daniel. *Padre Gabriel Malagrida: o último condenado ao fogo da inquisição*. Setúbal: Centro de Estudos Bocageanos, 2012. 136p.

O confronto entre Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), conde de Oeiras e, depois, marquês de Pombal, secretário de Estado dos Negócios do Reino, com os jesuítas teve o seu epílogo com a condenação do padre Gabriel Malagrida (1689-1761) ao garrote e à fogueira da Inquisição na Praça do Rossio, em Lisboa. Um ato de barbárie explícita que, mesmo no século XVIII, horrorizou o mundo civilizado, que já havia ficado chocado com a morte dos Távoras em 1759, acusados de tramar um atentado contra a vida do rei D. José I (1714-1777).

Os Távorase demais acusados foram executados por quebra de ossos das pernas e dos braços e, finalmente, por esmagamento do tórax num pátio armado em Belém. Com Malagrida, ainda houve certa “complacência”, pois não teria sido atirado vivo ao fogo. De qualquer modo, sua execução foi uma exibição da mais completa selvageria, no dizer do filósofo francês François-Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (1694-1778) que, embora anti-jesuíta, definiu assim o episódio: “Juntou-se o excesso de ridículo e de absurdo ao excesso de horror”. (p. 131).

Reconstituir esse episódio foi o que levou o pesquisador Daniel Pires (1951) a escrever *Padre Gabriel Malagrida: o último condenado ao fogo da Inquisição* (SETÚBAL: Centro de Estudos Bocageanos, 2012), que jorra luz a um acontecimento singular na vida política portuguesa do século XVIII, livro que, de certo modo, tem a sua sequência com *O Marquês de Pombal, O Terramoto de 1755 em Setúbal e o Padre Malagrida*, que, a exemplo do anterior, acaba de ser editado pelo Centro de Estudos Bocageanos, dentro da Coleção Clássicos de Setúbal.

De nacionalidade italiana, Malagrida em 1721 radicou-se no Brasil, fazendo um trabalho de catequese com os índios guaranis, caiacazes, tabajaras, gamelas e barbados, além de fundar colégios, casas de retiro e um asilo, à época em que os jesuítas tinham apoio da monarquia portuguesa. A derrocada dos jesuítas – que, de início, até apoiaram a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo para o ministério de D. José I – deu-se a partir de 1753, quando os

guaranis começaram a resistir à demarcação de fronteiras estabelecida em 1750 pelo Tratado de Madri em que Espanha e Portugal definiram aleatoriamente as fronteiras entre a província espanhola do Paraguai e a capitania de Mato Grosso, sem levar em consideração os interesses dos índios guaranis.

Como os índios rebelados contavam com o apoio dos jesuítas, que tinham também interesses econômicos na questão, a atitude despertou a ira do conde de Oeiras, então uma estrela em ascensão no reinado de D. José I que começou a partir da morte de D. João V a 31 de julho de 1750.

O mais notável dos jesuítas de sua época, Malagrida passou a ter a sua vida confundida com a da própria Companhia de Jesus. Com admiradores e seguidores na monarquia, o padre seria chamado de volta pela rainha Mariana Ana da Áustria (1683-1764) para viver na Corte, onde estava quando ocorreu o terremoto de 1º de novembro de 1755 que destruiu boa parte de Lisboa, chegando a causar danos também em Setúbal e outras vilas d'além Tejo.

Talvez porque se sentisse protegido pela nobreza tradicional, Malagrida escreveu e publicou no ano seguinte a obra *Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a Corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755* em que considerava o cataclismo um castigo de Deus, que teria ficado revoltado com toda sorte de iniquidades e licenciosidade que grassariam nas altas esferas do Reino. Sua publicação com a licença necessária do governo seria uma prova de que à época Malagrida desfrutava de grande prestígio na Corte.

O terremoto, porém, favoreceria a ascensão do conde Oeiras a ministro de D. José I com plenos poderes. Obviamente, o recado que trazia a obra seria endereçado também ao conde de Oeiras e talvez fizesse parte de um plano que pretendia levar ao seu afastamento do governo. Mas o tiro acabaria saindo pela culatra porque o conde de Oeiras, fortalecido cada vez mais, depois de “enterrar os mortos e tratar dos vivos”, acabaria por obrigar Malagrida a se exilar na vila de Setúbal, com residência fixa.

Em 1758, ocorreria a tentativa de assassinato do rei D. José I, o que daria ao conde de Oeiras a oportunidade de se vingar e livrar-se da nobreza tradicional que nunca vira com bons olhos a sua ascensão a ministro plenipotenciário, até porque não o considerava um dos seus, mas de uma nobreza subalterna. Como muito bem mostra Daniel Pires, o conde de Oeiras aproveitaria a ocasião para acusar os jesuítas da autoria moral do atentado.

Como se sabe, na noite de 3 de setembro de 1758, D. José I, quando voltava para as tendas armadas próximas ao Palácio na Ajuda, então em reconstrução, depois de uma visita a sua amante, Teresa de Távora, seria alvo de tiros, mas, mesmo ferido, conseguiria escapar. Os jesuítas, então, seriam perseguidos no Reino e nas colônias e a Companhia de Jesus extinta. Em janeiro de 1759, na sequência desses episódios, Malagrida seria encarcerado no Forte da Junqueira, depois de processo aberto pela Inquisição. Só que, gênio irrequieto, nunca silenciaria e, sempre que podia, avançaria contra o conde de Oeiras, denunciando a podridão moral do reinado de D. José I.

A rigor, teria uma atitude suicida que só pode ser explicada pelo depoimento que D. João de Almeida Portugal, o Marquês de Alorna (1726-1802), detido então na Junqueira, acusado também de envolvimento no regicídio, deu a respeito do comportamento de Malagrida na prisão, dizendo que o padre ficava horas em oração com a cabeça postada no chão, “no tempo em que estas casas de paredes tão grossas, acabadas de fazer, continham em si um frio e uma umidade insuportáveis” (p. 53). Isso teria perturbado o seu entendimento, o que o levava a dizer que ouvia vozes.

Familiar do Santo Ofício, o conde de Oeiras, obviamente, teve participação decisiva no julgamento que condenaria Malagrida, sem levar em conta que sua conduta podia estar ligada à insanidade mental. Também maçom, o conde de Oeiras disse que Malagrida “obrava por se venerar como santo e para estabelecer o fanatismo na crudelidade e leveza do povo ignorante” (p. 57). Para o ministro, o padre teria sido o “diretor espiritual dos réus que haviam fomentado e dirigido o insulto praticado contra D. José” (p. 63). Contra Malagrida, constavam ainda acusações de que costumava extorquir famílias nobres – especialmente senhoras, que pediam suas orações – sob o pretexto de devotos fins. O padre, porém, acabaria condenado pela Inquisição por heresia.

Nas conclusões, Daniel Pires observa que o conde de Oeiras encenou, de forma extremamente inteligente e metódica, uma acusação que não refletia a realidade, atribuindo aos jesuítas a autoria moral da tentativa de regicídio. Lembra ainda que Malagrida viveu seus últimos 30 meses em condições subumanas, nas prisões da Junqueira e da Inquisição, convivendo com ratos e sujeira, o que, com certeza, contribuiu para lhe agravar o estado de demência.

Todos esses episódios com requintes de detalhes podem ser acompanhados neste livro de Daniel Pires, que passa a fazer parte de uma extensa obra que inclui livros sobre Manuel Maria de Barbosa du Bocage (1765-1805), Camilo Pessanha (1867-1926), Wenceslau de Moraes (1854-1929) e Raul Proença (1884-1941), entre outros.

Doutor em Cultura Portuguesa pela Universidade de Lisboa, Daniel Pires é mais conhecido por suas pesquisas sobre Bocage, sua paixão literária, o que o levou a fundar o Centro de Estudos Bocageanos, em Setúbal, além de defender tese de doutoramento a respeito da obra do poeta. Foi responsável pela edição da *Obra Completa de Bocage*, publicada pela Edições Caixotim, do Porto, entre 2004 e 2007.

Licenciado em Filologia Germânica, já deu aulas de inglês no ensino secundário e foi professor em Setúbal. Sua paixão pela pesquisa e seu gosto pelo conhecimento já o levaram a trabalhar em São Tomé, Angola, Moçambique, Macau, China, Goa e Escócia. Em Macau viveu por três anos, entre 1987 e 1990, onde atuou na Universidade local e, mais tarde, ensinou na Universidade de Cantão, a cerca de 120 quilômetros de Hong Kong.

É autor de importantes trabalhos de divulgação da obra de Bocage, como o livro *Fábulas de Bocage* (Setúbal, Centro de Estudos Bocageanos, 2000) e a organização e publicação da brochura da Exposição Biobibliográfica comemorativa dos 230 anos de nascimento e dos 190 anos da morte de Bocage (SETÚBAL, Câmara Municipal de Setúbal/Biblioteca Pública Municipal de

Setúbal, 1995). Com Fernando Marcos, preparou a edição de uma pasta com 15 belos postais (sépia) sobre *Bocage na Prisão* (SETÚBAL, CEB, 1999).

Publicou ainda o *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa no Século XX* (Lisboa, Editora Grifo, 1996), constituído por três volumes. Colaborou no *Dicionário de História de Portugal* e no *Dicionário de Fernando Pessoa*, além de fazer parte da comissão que organizou as comemorações do bicentenário da morte de Bocage, em 2005. Tem pronto para publicação o *Dicionário da Imprensa de Macau do Século XIX*, trabalho iniciado em 1990 em que descreve todos os periódicos que foram publicados em Macau no século XIX, incluindo os jornais ingleses que, durante a Guerra do Ópio, saíram simultaneamente em Macau e em Cantão.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

S a b e r e s
Interdisciplinares





Normas para publicação na Revista Saberes Interdisciplinares

1. Modalidades das publicações

A revista Saberes Interdisciplinares é um periódico científico semestral, destinado à publicação de trabalhos inéditos, de áreas temáticas diversificadas, nas formas de artigos científicos, ensaios e resenhas.

Serão aceitos trabalhos relativos a todos os ramos do saber, escritos de forma acessível, limitando-se ao essencial os aspectos mais técnicos, nos idiomas português, inglês e espanhol, em sintonia com os cursos existentes no Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo Almeida Neves e da Universidade Presidente Antônio Carlos em São João del-Rei – MG.

II. Normas para Publicação

Avaliação dos trabalhos: todos os trabalhos encaminhados à Revista Saberes Interdisciplinares serão submetidos à aprovação de dois pareceristas ad hoc, que poderão sugerir aos autores eventuais modificações no texto.

Direitos autorais: os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedades da Saberes Interdisciplinares, implicando automaticamente a cessão dos direitos autorais. Os autores receberão dois exemplares da revista em que tiverem seu trabalho publicado.

Encaminhamento dos artigos: os originais deverão ser enviados à Revista Saberes Interdisciplinares em duas vias impressas, acompanhadas de disquete ou e-mail com o texto digitado no programa *Word for Windows 6.0* ou superior, corpo 12 e fonte *Arial*, espaçamento 1,5 não ultrapassando a 15 páginas, no formato A4.

Estrutura: os artigos devem obedecer à estrutura convencional do artigo científico, de acordo com a NBR-6022, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), observando as seguintes normas:

Título do artigo – centralizado no topo da página – deve indicar, resumidamente, o conteúdo do trabalho.

Nome do autor – seguido da titulação, departamento e/ou programa e instituição a que estiver vinculado, com endereço eletrônico.

Resumo (NBR-10520) – apresentação concisa dos pontos relevantes do trabalho, localizado antes do texto, na língua original, e em inglês, ao final do texto (*Abstract*), limitando-se a 250 palavras (mais ou menos dez linhas), com apenas um parágrafo inicial.

Palavras-chave – seleção de palavras e expressões que indiquem o conteúdo do trabalho (também em inglês (*key words*), recomendando-se o mínimo de três e o máximo de cinco palavras-chave).

Introdução – deve estabelecer com clareza o objetivo do trabalho, preferencialmente relacionando-o com outros do mesmo campo e apresentando, de forma sucinta, a situação em que se encontra o problema investigado.

Numeração progressiva (NBR-6024) – os títulos das divisões e subdivisões dos artigos devem ser precedidos de numeração progressiva: 1, 1.1, 2, 2.1 e assim por diante.

Citações (NBR-10520) – as citações formais (transcrição) curtas devem vir inseridas no texto, entre aspas. Citações longas, com mais de três linhas, devem constituir um parágrafo independente, recuado, em espaço 1. A indicação da referência (fonte) de onde foi retirada a citação deve constar de sobrenome do autor, data e página(s). Exemplo (SOUZA, 2006, p. 41-45). A indicação bibliográfica completa deverá constar das referências ao final do trabalho.

Siglas e abreviações – deverão estar seguidas de suas significações, por extenso, na primeira menção no texto.

Notas – as notas explicativas, quando necessárias, devem vir numeradas de acordo com o seu aparecimento e colocadas ao final do texto.

Referências (NBR-6023) – devem estar imediatamente após o texto, em ordem alfabética, contendo as referências completas das obras citadas no artigo. Exemplo:

Artigo consultado de periódico

BARROS, A. T. Cenário internacional e o discurso da Folha de São Paulo sobre a privatização no Brasil. *Tuiuti: ciência e cultura*, Curitiba: s.n, v. 5, n. 1, p. 24-32, mar. 1996.

Livro

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Artigo retirado de jornais

COUTINHO, Wilson. O Paço da Cidade retorna ao seu brilho barroco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 mar.1985. Caderno B, p. 6.



INFORMAÇÕES GRÁFICAS

Formato: 15 x 21 cm

Páginas: 96

Tipologia: Minion e Calibri

Papel: Capa - Supremo 250g

Miolo - Offset LD 90g/m²

Tiragem: 500 exemplares

Impressão e Acabamento: Juizforana Gráfica